

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A INVISIBILIDADE DE RAÇA E GÊNERO NA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**KAREN GOMES VIEIRA DE SÁ**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A INVISIBILIDADE DE RAÇA E GÊNERO NA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**KAREN GOMES VIEIRA DE SÁ**

*Sob orientação da Prof. Dra.*

**Fabiana Schmidt**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.

Maio de 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico**

**Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor (a)**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

S111i SÁ, Karen Gomes Vieira de , 1997-  
A invisibilidade de gênero e raça na Política de  
Assistência Social / Karen Gomes Vieira de SÁ. -  
Seropedica , 2022.  
88 f.

Orientador: Fabiana Schmidt. Trabalho de  
conclusão de curso(Graduação). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2022.

1. Questão racial no Brasil. 2. Mulher Negra: Uma  
questão de gênero e raça . 3. Análise da trajetória da  
Política de Assistência Social no Brasil: Alguns  
apontamentos históricos . 4. Uma análise sobre a  
Política de Assistência Social relacionando gênero e  
raça . 5. A expressão da invisibilidade nos dados  
apresentados . I. Schmidt, Fabiana , 1974-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 1725 / 2022 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.027798/2022-83

Seropédica-RJ, 06 de maio de 2022.

Karen Gomes Vieira de Sá

### A INVISIBILIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 03/05/2022

Banca Examinadora:

Prf.ª Dra. Fabiana Schmidt  
Orientadora - presidenta DEDH/UFRRJ

Prof. Dra. Simone da Cunha Tourino Barros  
Membro interno - DEDH/UFRRJ

Prof. Ma. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva  
Membro externo - Doutoranda pela UERJ

*(Assinado digitalmente em 06/05/2022 11:16 )*  
FABIANA SCHMIDT  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)  
Matricula: 1858629

*(Assinado digitalmente em 06/05/2022 11:49 )*  
SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DepeHD7 (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 2316595

*(Assinado digitalmente em 06/05/2022 12:28 )*  
VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 097.234.287-76

Dedico este trabalho a minha amada e eterna Tia  
Inês, obrigado por todo amor dado a mim e por  
sempre acreditar nos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela força e sabedoria concedida na minha vida, e por iluminar meus caminhos todas as vezes que as provas chegavam na minha trajetória. Em tudo sou grata ao senhor, que me sustenta com a tua mão e não me desampara.

Agradeço aos meus pais, por terem me auxiliado nos meus estudos, cada um à sua maneira, com muito amor e/ou incentivo incondicional, contribuíram para que eu pudesse estar vivenciando esse momento com tranquilidade e conforto.

Agradeço a minha família em geral, por terem me apoiado com força e companheirismo em todos os momentos que precisei. Deixo aqui meu agradecimento especial à minha vó Maria Auxiliadora, jamais serei capaz de retribuir todo carinho que recebi para que esse sonho se tornasse realidade.

Ao meu namorado e companheiro, Geovane, por todo amor e força dada nesse momento. Obrigado por ter estado tão presente na elaboração desse trabalho, e ter tentado de todas as maneiras tornar esse momento leve. Obrigado pelas correções no trabalho, por ouvir meus questionamentos e nunca ter duvidado que eu seria capaz de passar por esse momento. Que continuemos juntos na jornada da vida, nos apoiando com muito amor.

Aos meus queridos amigos ruralinos, Tallyson, Nathália, Gabriela e Isabela, pelas risadas e companheirismo ao longo desses 5 anos. Vocês foram fundamentais para que a minha jornada acadêmica fosse a mais tranquila e acolhedora possível. A vocês, minha eterna gratidão

Agradeço a minha psicóloga Deisere, pelo amparo emocional e psicológico, o comprometimento em todo atendimento ou via WhatsApp para me ajudar a enfrentar essa jornada acadêmica e de vida pessoal.

Agradeço imensamente a minha querida orientadora Fabiana, por ter topado me orientar nesse Trabalho de Conclusão de Curso, pelos ensinamentos e paciência para a obtenção do resultado final. Mesmo estando em um período tão atípico, se propôs a me orientar nesse trabalho de maneira única, sempre respeitando os desafios que acontecem na vida pessoal. Por esses e outros motivos, serei eternamente grata.

Um sorriso negro, um abraço negro  
Traz....felicidade  
Negro sem emprego, fica sem sossego  
Negro é a raiz da liberdade

Negro é uma cor de respeito  
Negro é inspiração  
Negro é silêncio, é luto  
negro é...a solidão

Negro que já foi escravo  
Negro é a voz da verdade  
Negro é destino é amor  
Negro também é saudade. (um sorriso negro !)

Sorriso Negro - Dona Ivone Lara

## RESUMO

Através da aproximação com autores que utilizam as questões de raça e racismo como elementos substanciais para compreender os determinantes da questão social no Brasil e a partir da análise sobre o silenciamento nos referenciais teórico-metodológico do Serviço Social sobre as questões étnico-racial e de gênero, identificamos que há uma demanda histórica pelo reconhecimento da categoria profissional sobre o direcionamento da temática étnico-racial, sobretudo na assistência social, conforme os dados do IPEA (2011), que indicam o público majoritário atendido pela política de assistência social é constituído por mulheres negras. Por este motivo, o estudo apreende que a ausência das assimetrias sociais específicas desses sujeitos, produz a invisibilidade dessas questões na atuação profissional em diversas políticas sociais, e incidem na forma como lidamos com as demandas. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral, conectar a prática profissional dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social e suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política a partir de uma lógica racializadora, pelo prisma dos determinantes sociorraciais e de gênero, a partir do olhar sobre essa classe trabalhadora, sobretudo negra que tem acesso aos serviços e benefícios ofertados pela assistência social. Para tanto, buscamos como metodologia a análise bibliográfica a respeito das questões de raça, gênero e assistência social, posteriormente como não foi possível realizar entrevistas, utilizamos como recursos a inclusão de pesquisas empíricas que abordassem acerca da temática. Os dados obtidos, ilustram a necessidade de defendermos a transversalidade das questões étnico-racial no currículo de Serviço Social, por aqueles profissionais que atuam no desenvolvimento da Política de Assistência Social e nas demais políticas, por reconhecer que a categoria profissional tem colocado à margem as requisições étnico-racial, longe de uma perspectiva transversal, por este motivo, às implicações do racismo não tem sido reconhecidas no cotidiano de trabalho, fazendo com que não há o reconhecimento das especificidades da população negra, em especial da mulher negra.

**Palavra-chave:** Assistência Social; Raça e gênero; Serviço Social



## ABSTRACT

Through the approximation with authors who use issues of race and racism as substantial elements to understand the determinants of the social issue in Brazil and from the analysis of silencing in the theoretical-methodological references on Social Work on ethnic-racial and gender issues, we identified that there is a historical demand for the recognition of the professional category in the direction of the ethnic-racial theme, especially in social assistance, according to IPEA data (2011), which indicate the majority public served by the social assistance policy is constituted by women black. For this reason, the study apprehends that the absence of specific social asymmetries of these subjects, produces the invisibility of these issues in professional performance in various social policies, and affect the way we deal with demands. Therefore, this work has the general objective of connecting the professional practice of Social workers in the Social Assistance Policy and its technical-operative, theoretical-methodological and ethical-political dimensions from a racializing logic, through the prism of social-racial determinants. gender from the perspective of this working class, especially black, who have accessed the services and benefits offered by social assistance. To this end, we sought as a methodology the bibliographic analysis on issues of race, gender and social assistance, later as it was not possible to carry out interviews, we used as resources the inclusion of empirical research that addressed the theme. The data obtained illustrate the need to defend the transversality of ethnic of ethnic-racial issues in the Social Work curriculum, by those professionals who work in the development of Social Assistance Policy and in Other policies, for recognizing that the professional category has put aside the ethnic-racial requisitions, far from a transversal perspective, for this reason, the implications of racism have not been recognized in daily work, causing the specificities of the black population, especially black women, to be recognized.

**Keywords:** Social Assistance; Race and gender; Social Service

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2. A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL .....</b>   | <b>17</b> |
| <b>2. Mulher Negra: Questão de gênero e raça.....</b>  | <b>29</b> |
| <b>3. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS.....</b> | <b>37</b> |
| <b><i>3.1 Uma análise sobre a Política de Assistência Social relacionando gênero e raça</i></b><br>.....         | <b>54</b> |
| <b>3.2 A análise da expressão da invisibilidade nos dados apresentados .....</b>                                 | <b>68</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>78</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....</b>   | <b>80</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho intitulado como “A invisibilidade de gênero e raça na Política de Assistência Social” é um tema extenso e complexo, que perpassa a categoria profissional pois é o Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que é demandado a executar as políticas sociais, enquanto resposta às expressões da questão social. A pesquisa compreende o trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social, onde tem observado uma negação em compreender os determinantes raciais da população tem sido alvo das ações da política, mulheres e homens negros. Nesse contexto, destacamos, como as questões étnico-raciais e de gênero tem se apresentado invisíveis aos eixos da assistência social.

O estudo busca reconstruir o cenário das relações étnico-raciais e de gênero a partir da análise da formação social do Brasil, os desdobramentos na sociedade capitalista até a sua invisibilidade nas normativas da Política de Assistência Social, isto porque, o processo de controle e exploração da força de trabalho operou-se de maneira perpendicular a escravidão, através dos processos de dominação e exploração da população negra vem produzindo desvantagens em várias áreas da vida social. Assim, podemos observar as mulheres negras compondo o alvo majoritário das ações e serviços da Política de Assistência Social.

Ao longo da formação acadêmica em Serviço Social na UFRRJ, experenciamos um silenciamento referente às questões étnico-racial, muitas das vezes, mais tangível do que as questões de gênero, mesmo ambas estando assentadas na formação social do Brasil fomentando em opressões junto com as questões de classe, condicionando a mulher negra nas múltiplas expressões da questão social, este, objeto de intervenção do Assistente Social. A autora Ângela Davis, no livro *Mulheres, Raça e Classe*, lançado pela editora Boitempo, em 2016, nos faz refletir sobre como a articulação das opressões de raça, gênero e classe se estruturaram nos processos sócio-históricos, com a formação do sistema escravista, e se tornaram base dos processos de exploração e opressão das mulheres negras nas sociedades capitalistas.

Por essa razão, abordaremos dois elementos que aparecem no espaço geográfico de caráter distinto e antagônico, a articulação entre questão social e a questão racial, mais

que fomentam os determinantes estruturais e estruturantes, que marcam profundamente a vida social, política e cultural das relações sociais que emergem o Brasil. Por esta razão, é impossível pensar a questão social na particularidade do Brasil, sem compreender o processo de colonização que determina o trabalho escravo, e o processo de transição entre o trabalho escravo para o trabalho livre, atrelado ao pensamento ideológico de incompatibilidade do trabalhador negro ao processo de assalariamento, colocando esse trabalhador a margem do processo do capitalismo brasileiro. Assim, no Brasil, segundo Moraes (2018 p.1), a população negra tem sido:

1. O corpo da sociedade que mais sofre com as expressões da “Questão Social”; 2. A massa dos usuários das políticas sociais; 3. A população mais pauperizada do país e 4. A população que mais morre por armas de fogo (vítima da violência) e/ou pelo sucateado SUS.

Considerando “que mais de 75% dos usuários da política de assistência social são negros” (MDS, 2019 s/p)<sup>1</sup>, podemos observar que este segmento ainda se encontra como o mais desprotegido pela proteção social, visto que as políticas sociais tem tido como intuito, amenizar as desigualdades que são estruturantes da formação social brasileira, de maneira que as demandas dos usuários acabam sendo invisibilizadas.

Esta narrativa se justifica pelo fato de ser imprescindível o entrelaçamento histórico das políticas sociais deslocado da formação social do Brasil, e o racismo à brasileira, uma vez que o período pós abolição se caracterizou pela ausência de políticas sociais e do não reconhecimento da população negra como elemento formador da sociedade brasileira, a partir de um sistema que não se preocupou em os integralizar. Assim, conforme Moraes (2018, p. 5), na contemporaneidade podemos observar as consequências dessas desigualdades raciais nos:

Os indicadores sociais nos dias atuais traduzem o cenário penoso em que se encontram mulheres e homens negros na contemporaneidade, perceptível no simples ir e vir do cidadão comum. Em 2001, a população negra ocupava 7,2% do total de 10% da população brasileira em situação de extrema pobreza, e em 2006 os domicílios chefiados por mulheres ou homens negros respondiam por 70% do total de domicílios que recebiam o Bolsa Família. O último relatório das desigualdades de gênero e raça 1995-20159 demonstrou que a população negra adulta

---

<sup>1</sup> Encontrado em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/dezembro/conselho-discute-racismo-no-sistema-unico-de-assistencia-social>

com 12 anos ou mais de estudo equivale a 50% da população branca nas mesmas condições. Nessa mesma lógica, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras com 15 anos ou mais de idade (10,2%) é quase o dobro das mulheres brancas (4,49%). Esses dados falam por si sós, e desmantelam o discurso da meritocracia, utilizado pela elite burguesa para esvaziar o sentido político das ações afirmativas, dos programas de transferência de renda, entre outras políticas sociais que objetivam reduzir as desigualdades raciais e sociais que assolam principalmente a população não branca do país.

De acordo com o cenário que situamos, de que forma a assistência social, destinada a quem dela necessitar, integraliza as questões de gênero e raça? Sendo ainda mais sucinta, de que modo as normativas têm identificado o perfil dos usuários da Política de Assistência Social? E como o reconhecimento do perfil dos usuários pode influenciar no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais? Como os serviços operariam se o quesito raça/ cor fosse uma prerrogativa no desenvolvimento da política? Como as questões de raça e classe podem incidir no trabalho do assistente social dentro da política de assistência?

Estas e outras questões, nortearam o objetivo geral desta pesquisa, buscando analisar a invisibilidade de gênero e raça na política de assistência social. Sendo necessário, referenciar a população que tem sido historicamente negligenciada, tendo em vista que público alvo da assistência tem sido a população negra, em especial as mulheres negras, onde na medida em que a mulher foi inserida no mercado de trabalho, devido ao processo de industrialização no país, o capital, tem se apropriado da sua força de trabalho. O que tem contribuído para um cenário de desvalorização e precarização do trabalho, sendo assim desvalorizadas, e direcionadas a ocupar cargos inferiores nas atividades profissionais.

A proposta deste trabalho também é fundamentada a partir dos dados do Plano Brasil sem Miséria (2015), onde “1,4 milhão de famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e no Bolsa Família (junho/2011 a março/2015)”. Do “total de famílias inscritas no Cadastro Único, 67% são chefiadas por negros. Dessas famílias, 88% são chefiadas por mulheres e das famílias que recebem o Bolsa Família, 75% são chefiadas por negros”, comprovando assim que a população negra é a que mais recorre aos programas de assistência social, sobretudo as mulheres negras. Por este motivo, torna-se necessário então a inserção dos eixos raça e gênero nas normativas da política de assistência social em caráter transversal.

Neste sentido, é imprescindível analisar os impactos do capitalismo no âmbito econômico, a partir dos fenômenos das desigualdades que evidenciam substancialmente o crescimento da feminização da pobreza, uma vez que cresce o número de famílias que são chefiadas por mulheres negras e que vivenciam condições de miséria e pobreza. As mesmas se encontram mais suscetíveis ao desemprego e à precarização do trabalho, onde por sua vez se encontram desassistidas de políticas públicas, e que constituem as famílias vulneráveis e não conseguem prover a própria manutenção das necessidades básicas.

Diante da condição que o mundo se encontra desde 2020 devido ao Covid-19 no momento de finalização da pesquisa, não foi possível a realização de entrevistas a fim de assegurar o distanciamento social e as recomendações propostas pela OMS. Dentro desse contexto, para compor este trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, com referências teóricas e outras pesquisas de fontes secundárias sob título, “Análise da Dimensão Racial nas Ações da Proteção Social Básica em Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do Distrito Federal e “Mulheres Negras Chefes de Famílias beneficiárias da Política de Assistência Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social”, para fundamentar a questão da invisibilidade de gênero/raça na Política de Assistência Social, eixo norteador deste trabalho.

Para Porto (2006, p.1) “o conceito de Invisibilidade Social tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade”

Ainda nesse viés, o estudo buscou analisar a expressão da invisibilidade nos dados apresentados pelas pesquisas que foram selecionadas para compor este trabalho. Nele, observamos o impacto dos programas sociais de transferência de renda na realidade das mulheres negras, como por exemplo o Programa Bolsa Família, em assistir essa população alvo de baixa renda. Além de questionar de que maneira o protagonismo da mulher na política tem influenciado na emancipação e na igualdade de oportunidades, em especial, para as mulheres negras.

Durante a construção da pesquisa, tivemos a extinção do Bolsa Família, programa de transferência direta de renda, revogado a partir da medida provisória 1.061, que

determinou a sua substituição pelo programa Auxílio Brasil. O contexto é complexo, há 18 anos o Bolsa Família vinha se reformulando e chegou a atingir seu patamar através da cobertura e ampliação em família, constituindo uma rede de apoio que interligava as políticas de saúde, assistência social e educação. A perda desse programa, mostra sobretudo, a incapacidade do governo atual em assegurar a demanda por segurança de renda dessa população, além de determinar a quebra com as demais políticas que garantam articulação com outros direitos.

Outro fator para escolha do tema é a relevância de contribuição teórica para o Serviço Social, a fim de romper com o lugar de subalternidade perante as questões étnico-racial. A materialização do racismo na estrutura da sociedade brasileira, “ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016 s/p).

Sendo assim, é imprescindível que o Serviço Social relacione as categorias raça, gênero e classe social em uma perspectiva de totalidade. Segundo o pensamento de Davis, é necessário romper a lógica de hierarquização de opressões, pois todas condicionam a mulher negra à subalternidade. Rocha (2011, p. 1) complementa que,

A realidade sobre a qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, o que o leva, a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração, a refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para a uma intervenção profissional comprometida com o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação.

Para finalizar, não poderia deixar de mencionar a respeito do legado da socióloga e vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, que virou símbolo de resistência, militância e luta pelo fim da desigualdade social, discriminação e pelo direito das mulheres negras e pelos direitos dos LGBTQI+. A execução de Marielle Franco representa a tentativa de silenciar as pautas de uma mulher negra e eleita, que denunciava o racismo estrutural, bem como o genocídio de jovens negros. Seu legado credibiliza a pauta racial, e revela a perversidade do racismo e a tentativa de silenciamento da população negra.



## 2. A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Buscamos por meio dessa síntese iniciar a discussão a respeito do tema “A invisibilidade de gênero e raça na Política de Assistência Social”, construindo ao leitor a narrativa das relações raciais na formação socioeconômica brasileira e como se construiu a desvalorização da mulher negra. Tendo em vista a construção sócio-histórica imperativa nas relações de gênero e raça, atribuída pelo colonialismo e a reatualização da colonialidade, temos o aprofundamento das desigualdades sociais, em opressões sofridas duplamente, tanto pelo racismo, quanto pelo sexismo na contemporaneidade, onde tiveram impactos incisivos na organização da estrutura social a qual destinaram a mulher negra ao lugar na base da hierarquia social, emergente devido a um longo processo de exclusão social e discriminação.

É, dessa forma, imprescindível colocar como central as discussões de raça e gênero<sup>2</sup>, para compreendermos acerca dos mecanismos de opressão racial, inferioridade e sexualização dos corpos aos quais essas mulheres negras foram sujeitas historicamente. Iniciaremos o capítulo a seguir, rompendo com a narrativa dominante a respeito da formação social brasileira, a partir da interpretação difundida de que não existiam formas de resistência no processo escravagista, colocando assim a relação de senhores e escravos em uma perspectiva de cooperação, defendendo a ideia de escravos passivos e dóceis a escravidão. Nesse sentido, é necessário pontuar de início, o papel fundamental dos negros no processo de abolição da escravatura, constitutiva a partir tomada de consciência em prol da liberdade, chegando assim nas revoltas e rebeliões.

Ainda, percorremos o cenário do sequestro de dezenas de etnias africanas para compor a mão-de-obra escrava no Brasil, sem garantia de direitos fundamentais à necessidade de vida humana. Além disso, é necessário situar aqui, o papel significativo da Igreja Católica, no qual “justificou religiosamente a escravidão, que seria uma forma

---

<sup>2</sup> A título de esclarecimento, por uma questão metodológica, optei por apresentar o trabalho, iniciando o primeiro capítulo para discorrer sobre a temática racial e depois no item 1.1, falar sobre a questão de gênero, porém entendendo que a imbricação dos termos raça e gênero são os pilares na matriz das desigualdades, através da permanência da colonialidade refletido nas estruturas econômica e de poder, a partir da reprodução das condições de pobreza e exclusão social.

dos negros africanos livrarem-se da “Maldição de Cam<sup>3</sup>” (MORAES; CRISTINA, 2016 p.7-8).

Ainda, a fundamentação teórica a qual essa pesquisa está vinculada é a de que o racismo é elemento constituinte da sociabilidade burguesa, que engendra a desigualdade por meio da hierarquização racial. De acordo com Almeida (2015 p.15), “A tese central é de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Desta forma, conseguimos afirmar que o racismo é produto da colonialidade, e por isso ele é o elemento central na disseminação das desigualdades econômicas, políticas e socioculturais com a população negra.

A partir da análise de Almeida (2015), no estudo das relações raciais compreendemos o racismo como o modo de estrutura social que constituem as relações em seu padrão de normalidade usados a partir de uma forma de discriminação que tem a raça como elemento central de ações consciente e inconscientes, sendo visíveis a partir de falas, costumes e hábitos embutidos em nossa cultura que incentivam tanto direta quanto indiretamente o preconceito e a segregação racial, provendo condições desiguais entre negros e brancos. De acordo com Hasenbalg (1979), apud Almeida (2015, p.317):

A discriminação e preconceito raciais, não são mantidos intactos após a abolição, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionados aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos.

---

<sup>3</sup> Segundo a pesquisa realizada por Moraes; Cristina (2016) apud Munanga (2003), “Esta justificativa para a escravização utiliza-se de uma passagem bíblica do livro de Gêneses para fundamentar a divisão da humanidade em três raças hierarquicamente posicionadas: o branco, o amarelo e o negro. Segundo o mito bíblico, localizado do nono capítulo do primeiro livro da Bíblia, Noé, após o Dilúvio e já estabelecido em terra firme, se embriaga com vinho e seu filho Cam ao vê-lo naquele estado de consciência, vai ao encontro dos seus irmãos e caça do pai. Ao se estabelecer sóbrio, Noé amaldiçoa os descendentes de seu filho Cam a serem escravizados pelos filhos dos outros dois irmãos. E este mito bíblico justificou a dominação dos europeus sobre os povos e territórios africanos durante grande parte do período colonial (MUNANGA, 2003). Segundo esta lógica, a humanidade seria dividida racialmente pela descendência dos três filhos de Noé: os filhos de Jafé representariam a raça branca, os filhos de Sem a raça amarela e os filhos de Cam a raça negra”.

Por esse ângulo, temos a manifestação do processo do racismo a partir das discriminações raciais. Esses comportamentos se reproduzem no imaginário social e se efetivam não apenas como casos isolados de racismo, mas como um processo de ações sistêmicas nas estruturas sociais que possibilitam condições de subalternidade e privilégio entre grupos sociais, para que a manutenção do poder funcione sempre do mesmo sentido.

Por essa razão, é imprescindível discutir sobre os conceitos teóricos fundamentais que nos permitem fazer uma análise sobre a constituição das relações sociais a partir do viés racial. Em consonância ao pensamento de Almeida (2015), é necessário compreender o racismo para além dos aspectos comportamentais e situações episódicas, mais como um processo que se originou em decorrência da própria estrutura social em virtude da sua origem a partir do modo de produção escravista, para assim compreendermos como esse processo ainda opera na sociedade. Sobre a questão do racismo Almeida (2015, p.183) nos ensina que:

O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/ capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro.

Em exemplo, temos o tráfico negreiro, elemento significativo na constituição das estruturas da sociedade brasileira. “É evidente que quando se fala em escravidão, por concomitância pensa-se e fala-se do Negro no Brasil” (MOURA, 1983, p.125). Foram mais de 4 milhões de vidas escravizadas nesse regime, sem contar as inúmeras mortes durante o tráfico negreiro, mediante uma série de violência, maus tratos, questões sanitárias, suicídio e rebeliões dos negros contra essa arquitetura desigual de poder, isto é, contra esse processo de sequestro do povo africano perante o regime escravista. Porém somente com as emergências da sociedade competitiva do capitalismo, e com o enfraquecimento do sistema escravista, pertinente às dificuldades que encontramos na exploração da força de trabalho escrava, o Brasil cedeu às pressões internacionais, isto porque naquele momento o cenário do sistema escravista já não era mais sustentável.

Dessa forma, esse processo foi sucedido de maneira gradual usando de mecanismos legislativos que se tornaram decisórios para o fim da abolição da escravidão no Brasil, assim como a Lei Feijó (1831) e a Lei Eusébio de Queiroz (1850),

tinham o papel de proibir o tráfico negreiro no Brasil, de forma que não podiam entrar novos escravos no país. Entretanto a escravidão em território nacional continuava legalizada. Em seguida, tivemos a Lei do Ventre Livre (1871), que constituía livre os filhos dos escravos, entretanto, seus donos possuíam sua custódia até esse ex escravo atingir seus 21 anos e a Lei dos Sexagenários (1885), por sua vez garantia liberdade aos escravos idosos a partir dos 60 anos, ainda que a perspectiva de vida nessa época chegava as adjacências dos 40 anos. O que denota pouco interesse e descaso a respeito da população negra e seus direitos fundamentais, expressando a crueldade deste processo.

Além disso, outro fator decisivo, contou com os processos de resistência contra a opressão do sistema escravista brasileiro, como podemos encontrar no livro de Clóvis Moura (1988, p. 87), *Rebeliões da Senzala*, que é originário ao relatar as lutas de classes no sistema escravista, na relação entre o senhor de engenho e o escravo, mediante formação de quilombos, fugas, insurreições entre outras.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenómeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenómeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

Dessa forma, Moura (1988) enfatiza as insatisfações dos negros escravizados contra a superestrutura escravista. É justamente através da formação de movimentos sociais de luta dos escravos em favor da liberdade, que se manifesta a formação de espaços de resistência contra esse instrumento repressivo do Estado. Esse elemento, formou o negro escravizado como protagonista de resistência na sociedade escravista, demonstrado pelo viés libertário e abolicionista.

Em suma, o processo da abolição da escravatura se deu de maneira gradual e conflituosa durante boa parte do século XIX, os historiadores que adentram nas questões sobre a escravidão no Brasil e seus impactos na formação social do Brasil consideram que as manifestações de resistência contra o sistema escravista, como por exemplo o notório Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco, pertencente atualmente ao estado de Alagoas, representou um dos maiores refúgios dos escravos fugitivos da era colonial brasileira, e pressão para dar fim a esse regime. Além do apoio dos abolicionistas, o Brasil recebia pressões externas para a proibição do tráfico negreiro, já que outros países estavam abolindo a escravidão como os Estados Unidos em 1870, foram estes fatores fundamentais para dar fim a escravidão no Brasil.

Assim, podemos afirmar que mediante um longo processo político junto com interesses nacionais para a perpetuação de sua manutenção do poder, o Brasil foi o último país do ocidente a tornar ilegal o trabalho escravo, isto porque, a sua economia era baseada no sistema de plantation<sup>4</sup> e o escravo era tido como uma mercadoria. Logo, os cafeicultores, através da sua influência econômica, exerciam pressões políticas para a manutenção do sistema escravista, o que retardou a abolição brasileira. Dessa forma, a elites brasileiras só aceitariam a abolição se houvesse reparações por suas perdas.

---

<sup>4</sup> Sobre a questão do Plantation, (FORMAN, 2009, p. 32) compreende que: “A colonização portuguesa no Brasil baseou-se desde os seus primórdios no desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação. A produção de açúcar para o mercado europeu em expansão no século XVI estabeleceu uma economia de “plantation” que subsiste, embora com uma forma consideravelmente diferente, até o presente. A força de trabalho da agricultura foi originalmente fornecida por grandes contingentes de escravos africanos e, mais tarde, por homens livres vinculados à “plantation”, por toda uma gama de contratos de arrendamento. “

Ao contrário do pensamento de Moura<sup>5</sup> (1988), em *Rebeliões da Senzala*, outros intelectuais tendem a ignorar<sup>6</sup> a trajetória histórica da representação do negro como sujeito histórico, dada a sua importância da luta pela constituição de liberdade e pela abolição da escravatura. Isto porque, legitimar os problemas étnicos emergentes da sociedade brasileira é se despir da visão do escravo como “coisa”, uma propriedade subserviente aos interesses do regime, para situar o negro como sujeito coletivo histórico, importante desde a sua origem na escravidão, onde a partir das revoltas puderam se posicionar contra a superestrutura escravista. Segundo Moura (1988, p.46),

Em vista disso, a imagem do negro tinha que ser descartada da sua dimensão humana. De um lado havia necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro lado, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se opunha. Daí a necessidade de ser ele colocado como irracional, as suas atitudes de rebeldia como patologia social e mesmo biológica.

No entanto, com a abolição da escravidão no Brasil, o destino encontrado pelos negros foi análogo ao regime anterior. Com a sua inserção na sociedade, não foram incluídas medidas que contribuíssem para a superação do abismo social causado pelas décadas anteriores. Em virtude dessa situação, os negros recém libertos, foram desprovidos de direitos fundamentais, além disso passaram a não encontrar trabalho mantendo-se, assim, exercendo atividades com menor remuneração, e desprovidos de condições adequadas de manter a própria subsistência, estando assim inaptos ao projeto

---

<sup>5</sup> A partir de convergências marxistas pensar raça e classe no Brasil, “Moura incorre no viés hegeliano de marxismo, conjectura o passado permeável à razão, e assim apropria-se do fato histórico consubstanciado para entender o processo de construção nacional. Sendo assim, a nação apresenta-se como uma etapa necessária na ultrapassagem das relações capitalistas de produção. Logo, nosso autor explica a realidade social brasileira a partir de bases materiais e de relações de classe, bem aos modos marxianos, mas deixando bem claro que apenas utiliza o marxismo como ferramenta para pensar o Brasil, e não o seu contrário, o de encaixar o país num modelo engessado de marxismo”. (MESQUITA, 2003, p.566)

<sup>6</sup> Como sinaliza Joaquim Nabuco, no livro *O Abolicionismo* (1883): "Em qualquer número de um grande jornal brasileiro (...) encontram-se (...) declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativo à liberdade." (Nabuco, 1988[1883]:95-96).

de modernização conservadora<sup>7</sup>. Em conformidade ao pensamento de Florestan Fernandes (1978, p.20):

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista.

Ainda, com o fim da escravidão faz-se necessário analisar os mecanismos estruturais que nasceram para compor o processo de transição para o capitalismo, determinando as ideologias científicas, que afirmavam a teoria de raças superiores e inferiores.

Dessa forma, iniciou-se ao longo do século XIX questionamentos em torno das diferenças humanas, transformando o homem em objeto científica através da utilização de um discurso ideológico europeu para dominar outros continentes. A vista disso, essa ideia é sustentada e tem como principal base o Darwinismo social, que vem a ser uma teoria científica utilizada pela elite branca para subjugar como superior as outras raças, e “se encarregou de explicar, pelas leis biológicas, a determinação da civilização e o progresso humano como sendo resultado da competição entre raças, vencendo apenas os mais aptos, neste caso, os da raça branca.” (ALMEIDA, 2015, p.315), legitimando assim a dominação e a exploração das outras raças.

A construção de estereótipos em relação aos negros assume novos contornos mediante a difusão das teses do chamado “racismo científico”. Como destaca Telles (2003, p.43), os “estudos sobre raça no Brasil se iniciaram no final do século XIX, enquanto se dava o processo de abolição da escravatura, e havia uma preocupação crescente com os efeitos da raça no desenvolvimento do Brasil”. Assim a elite brasileira conseguiu disseminar na sociedade a construção de uma “ideologia racial”, na qual naturaliza as desigualdades sociais, isto é, era uma forma do Brasil se isentar do seu passado escravista e ignorar a realidade do racismo.

---

<sup>7</sup> O projeto de modernização conservadora teve características próprias em vários países, na particularidade do Brasil, teve seu processo no desenvolvimento do capitalismo e usado como manobra de discriminação contra a população negra no país.

E neste também se faz necessário abordar sobre o conceito de miscigenação, pois se a ideia difundida era a de que a raça branca era superior, pior do que as raças inferiores, seriam a mistura entre as raças e ela levaria à degeneração. E dessa forma acreditam que, “a mistura de raças, ao contrário, era motivo de decadência e extinção dos grandes impérios (SOUSA, 2013)”. Dessa forma, as principais teorias raciais tinham em comum a rejeição contra a miscigenação. Segundo o autor Raeders (1988, p.90), alguns cientistas compreendiam a população brasileira como,

Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo [...]. Nenhum brasileiro é de puro sangue; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicam-se a tal ponto que os matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas alturas, uma degenerescência do mais triste aspecto.

No Brasil, as teorias raciais foram colocadas em prática, também, por meio do racismo científico dando início a política de branqueamento. A elite brasileira considerava que o grande número de negros mestiços e mulatos, um obstáculo intransponível para que o Brasil pudesse alcançar a civilização e o desenvolvimento nacional. Buscando assim, o incentivo a imigração europeia para purificar e branquear a população brasileira a partir da raça superior branca vinda da Europa.

Sendo assim, o estímulo para o processo de imigração<sup>8</sup> também foi usado como instrumento no período dos pós abolição onde estavam sendo difundidas as teses de inferioridade biológica em torno das raças. Afim de justificar a entrada de imigrantes europeus, foi forjado no Brasil o argumento de inferioridade ao trabalhador negro, o colocando como responsável pelo atraso do desenvolvimento brasileiro, sendo assim foi introjetado na sociedade a ideia de que o negro tinha menos capacidade, e o

---

<sup>8</sup> Ainda, é necessário ressaltar que as políticas de branqueamento da população brasileira foi um projeto político do Estado em face ao quantitativo expressivo de mestiços em detrimento a elite branca burguesa que imperava sobre o país no final do século XIX. “Assim, o controle social da população, que no século XIX se colocava com a necessidade do branqueamento da população, através da ‘importação’ de mão de obra branca, no século XX viria através das propostas e teorias eugênicas, disseminadas nas escolas. Foucault (2002) analisa estas políticas eugênicas como as políticas de biopoder, implementadas pelo Estado para regular e controlar a população.” (ELITA, 2014, p.225)



trabalhador branco era visto como: “disciplinado, responsável, enérgico, inteligente, enfim, racional” (AZEVEDO, 1987, p. 154).

Com a vinda de imigrantes europeus, gerou no Brasil uma massa de trabalhadores que produziam uma mão-de-obra excedente, isto pois, a exclusão dos trabalhadores negros do processo de formação da sociedade competitiva, foi dada por esses trabalhadores serem considerados inaptos a emergência do capitalismo, sendo justificada pela sua falta de qualificação profissional, destinando assim a sua ocupação em trabalhos subalternos. Conforme Kowarick (1994, p. 58),

Exploração do tipo compulsório, de um lado, e massa marginalizada de outro, constituem amplo processo decorrente do empreendimento colonial-escravocrata, que iria se reproduzir até épocas tardias do século XIX. Sistema duplamente excludente, pois a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos, que se transformam nos desclassificados da sociedade.

O surto migratório de trabalhadores imigrantes europeus, estes assalariados, recebiam apoio do Estado, e eram considerados essenciais para a civilização do país, em contrapartida, proporcionou a exclusão dos trabalhadores negros dos postos de trabalho no Brasil, que não receberam nenhuma ajuda para sua adaptação nesse novo sistema de sociedade. Sobre o imigrante Fernandes (1978, p.27):

O estrangeiro aparecia, [...], como a grande esperança nacional de progresso por saltos. [...] Desse ângulo, onde o “imigrante” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “negro” ou “mulato”, pois, entendia-se que ele era o agente natural do trabalho livre.

Dessa forma, com a publicação da obra de *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), o autor se torna pioneiro no cenário brasileiro em romper com as ideias do racismo científico e passa a acreditar na existência de uma democracia racial. A publicação, discorre sobre a formação social brasileira pelo prisma da escravidão branca, onde acreditava que havia na sociedade um equilíbrio de antagonismos e assim negava a realidade da escravidão, a partir do bom senhor de engenho e do escravo. E a partir de um processo harmonização das relações raciais através da miscigenação, “ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito, ele nega o preconceito e a discriminação, possibilitando a compreensão de que o insucesso dos mestiços e negros se deve a eles próprios” (BENTO, 2002, p.20).

Entretanto, essa visão deturpada da formação social brasileira, contribuiu para a inversão dos padrões das relações sociais. Dentro da perspectiva sociológica, o autor Florestan Fernandes consolidou no Brasil com a sua obra o “Mito da Democracia Racial”, por estabelecer uma visão fictícia do passado escravista, sobre o processo migratório que culminou na mestiçagem e da produção dos mecanismos discriminatórios contra os negros. Esse mito, tende a vender uma história distinta da crença do bom senhor, prevendo assim o aprofundamento das desigualdades sociais no imaginário social.

Sendo assim, o mito da democracia racial foi usado como uma ferramenta ideológica para resolver a questão racial, e auxilia para que o racismo esteja inerente às múltiplas expressões da questão social. É um tema complexo, pois o racismo é socialmente visto como algo individual das relações interpessoais, de maneira que, desconsideram as dimensões estruturais e institucionais que condicionam aos negros à inferioridade e a desigualdade. Desta maneira, é impossível afirmar a existência de uma democracia racial em uma país originário de preconceito, desigualdade e exclusão em detrimento da raça.

Em conformidade com o pensamento cedido por Almeida (2015), podemos apreender que a formação da sociedade brasileira, é uma decorrência da “normalidade” de um projeto racista, da elite branca, a partir de estereótipos negativos aos negros que fundamentava a divisão hierárquica na sociedade. As teorias racistas como a ideologia de branqueamento, usou como mecanismo de poder a miscigenação através do cruzamento das relações inter raciais, para que houvesse no Brasil o embranquecimento da população. Além disso, vinha sendo difundida a ideologia de uma democracia racial, que permitiu a construção de uma narrativa que nega a existência do racismo, e afirma a existência de uma harmonia social.

Para os autores, Theodoro; Jaccoud; Guerreiro; Soares (2008, p.50-51)

Ao mesmo tempo, se a democracia racial afirma-se como deslegitimadora da hierarquia social ancorada na identificação racial, ela não deixa de fortalecer o ideal do branqueamento ao promover a mestiçagem e seu produto, o mulato.

Sendo assim, para atender as necessidades da época, devido às tensões sociais emergentes pelo efeito da industrialização, a ideologia da mestiçagem passa a ser vista como positiva ao Brasil. Isto porque, a elite brasileira buscou justificar o atraso no desenvolvimento social na constituição étnica do país, pois no período pós abolição a população brasileira se constituía em grande maioria por mestiços (sobretudo mulatos). (AUGUSTA, 1996, p.156). Nesse sentido, a partir da introdução das justificativas científicas de preconceito racial, a elite pode legitimar sua dominação através das influências<sup>9</sup> do darwinismo social, da eugenia e do racismo científico no Brasil, fomentando assim preconceitos que se apresentam no cotidiano e que combinam até os dias de hoje nas expressões das desigualdades.

Por isso, “como se observa, estavam lançadas as bases científicas do preconceito racial e a legitimação das desigualdades sociais em nome da democracia” (AUGUSTA, 1996, p. 159). Em uma tentativa de legitimar a miscigenação no Brasil, acreditava que só a partir da mistura inter-racial seria possível melhorar a descendência étnica do povo brasileiro, ou seja, a partir de uma população cada vez mais embranquecida.

Podemos constatar que, na medida que as políticas de branqueamento foram sendo difundidas no Brasil, dão início a uma tentativa de extinção e apagamento da origem étnica da população negra, vão sendo naturalizadas as diversas manifestações de preconceito e discriminação racial que são estruturantes da sociedade. Assim como podemos observar na contemporaneidade, o quesito raça/cor é o elemento determinante para os índices de desigualdade da população negra na sociedade, por meio dele, são reproduzidos ao longo da história características somáticas de inferiorização e a partir dos indicadores sociais é possível discernir sobre a predominância da situação de desigualdade o qual esses segmentos que segundo as estatísticas estão predispostos. Segundo Paixão (2003, p. 80).

---

<sup>9</sup> Dentre as principais teorias raciais que sustentaram o racismo no Brasil estão: o darwinismo social, teoria que defendia a crença de uma raça superior (a do branco europeu), e por isso defendiam a necessidade de levar civilização as raças tidas como inferiores. A Eugenia, preconizava o aperfeiçoamento das raças pelo controle da reprodução. E por fim o racismo científico, foi usado para legitimar a dominação de uma raça sobre a outra.

O que esta plêiade de indicadores demonstra é a existência de uma extrema coerência entre dados no seguinte sentido: i) seja qual for o indicador escolhido para analisar as desigualdades raciais, em todos eles os negros encontram-se em uma situação pior que a dos brancos; ii) seja qual for a região do país, os indicadores sociais e demográficos dos negros são menos favoráveis que os indicadores dos brancos; iii) mesmo quando se desagregam estes dados por gênero, o que se vê é que os homens brancos estão em melhor situação que as mulheres brancas, que estão em condições mais favoráveis que os homens negros, que estão em uma situação menos grave que as mulheres negras.

Por estes e muitos outros dados, é tangível afirmar que a desigualdade social no Brasil ainda é um fenômeno atual, onde em várias dimensões da vida humana mantêm a população negra em situação de extrema vulnerabilidade. “O Brasil de hoje afirma haver realizado, em teoria, uma democracia racial. Contudo, os negros e mestiços ainda são vítimas da discriminação, permanecendo relegados a pobreza, ao analfabetismo, ao subemprego ou desemprego. Isto sem levantar a problemática do índio”. (AUGUSTA, 1996, p. 163). Esses mecanismos funcionam a partir de uma convergência de interesses, pois embora haja igualdade jurídica assegurada pela Constituição Federal de 1988, há mecanismos informais de discriminação, que por sua vez produzem para a população negra, os maiores índices de desemprego, analfabetismo, situações de maior vulnerabilidade, educação, saúde, moradia.

Sendo assim, as desigualdades sociais, encontram fenômenos de diferentes dimensões, além do aspecto econômico, a estratificação racial se revela a partir de vários fatores, colocando negros e brancos em classificações desiguais, "da forte concentração de renda no segmento mais rico da sociedade [...]. Os negros frequentam a riqueza do país, mas são participantes minoritários. Os brancos são mais ricos e mais desiguais. Os negros, mais iguais e mais pobres" (HENRIQUES, 2001, p. 49), evidenciando assim o caráter maléfico do racismo estrutural a uma discriminação racial que é histórica.

Desta maneira, “achar que no Brasil não há conflitos raciais diante da realidade violenta e desigual que nos é apresentada cotidianamente beira o delírio, a perversidade ou a mais absoluta má-fé (SILVIO, 2019, p.197), pois o preconceito está enraizado em práticas conscientes e inconscientes. Observa-se que, pouca coisa foi alterada desde o processo de colonização, isto é, "não há o que discutir sobre nossa forma de lidar tanto

com a escravidão como com o racismo: suavizamos a primeira e negamos o segundo" (FLAUZINA, 2008, p. 47).

Portanto, nesse contexto, o capítulo se atentou a esclarecer de maneira sucinta a história do negro, como parte da formação social Brasileira, que tem como principal ponto de partida a escravidão, através do panorama do racismo, que culminou na ideologia de branqueamento, através da miscigenação onde acreditavam que a partir do cruzamento interracial a população negra conseguiria evoluir geneticamente. Essas e outras teorias racistas propiciaram a construção de uma sociedade desigual e segregacionista.

Nesse sentido, a construção da nossa sociedade foi medida através da distinção entre as relações raciais, entre brancos e negros, que acarretou em consequências significativas quando nos deparamos com os dados sobre população, através do recorte racial. Ainda, de maneira análoga, a questão de gênero também configura como um fator importante, isto porque, quando falamos sobre as mulheres negras as opressões são sentidas duplamente, enquanto gênero e raça. E por esse trabalho se tratar de um estudo, que analisa a política de Assistência Social relacionando com a questão de gênero e raça, a partir da compreensão de como a política de assistência responde às mulheres negras. É de extrema importância discorrer sobre as consequências da escravidão perante as mulheres negras a partir de um sistema estrutural que perpassa todas as esferas da vida social, produzindo inferioridade e opressão.

## **2. Mulher Negra: Questão de gênero<sup>10</sup> e raça**

A construção sócio-histórica da mulher negra é veementemente medida a partir de dois elementos que foram essenciais na construção dos papéis femininos: a opressão racista e a opressão sexista, pois ambos condicionam em uma ameaça à liberdade da

---

<sup>10</sup> À priori, situamos de início que gênero é um conceito histórico, “o conhecimento a respeito do conceito de gênero se faz importante e necessário, uma vez que tem sido um instrumento de reflexão para compreensão da realidade marcada pela desigualdade e opressão entre gêneros, na qual se cultiva a superioridade do masculino sobre o feminino, desencadeando a violência, o preconceito e dificuldades na vida cotidiana, especialmente das mulheres” (SANTANA; APARECIDA, 2013 p. 7)

mulher negra. O racismo e o sexismo, são os elementos da estrutura social que vem historicamente moldando os padrões sociais, a partir da hierarquização de classes e de gênero/raça desde o período colonial, sendo assim, esses elementos não podem ser vistos de maneira desassociada. De acordo com Hooks, (2019, p.93):

No período da escravidão, pessoas brancas criaram uma hierarquia social baseada em raça e sexo que posicionou homens brancos em primeiro lugar, mulheres brancas em segundo, apesar de às vezes serem colocadas na mesma posição de homens negros, que estavam em terceiro lugar, e as mulheres negras em último lugar.

Ainda, a autora estadunidense Bell Hooks, em seu livro intitulado “E eu não sou uma mulher?”, narra em riqueza de detalhes como o racismo e o sexismo juntos resultaram em uma força opressiva na realidade da mulher negra americana a partir da experiência escravista. Mediante uma análise sintética de sua obra, a narrativa ainda na introdução aborda a invisibilidade das mulheres negras perante o movimento feminista, isto porque, “quando se falam sobre pessoas negras, o foco tende a ser homens negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres brancas.” (HOOKS, 2019, p.27)

Sendo assim, o trinômio raça, gênero e classe incidem em situações de desigualdades para as mulheres negras. “Inserida na “categoria” dos excluídos, encontra-se a mulher negra que, além de ser mulher, ser negra é, na maioria das vezes, pobre” (RIBEIRO, 2005, p.1054). Esses mecanismos sociais fortalecem, de maneira convergente, diversos tipos de preconceitos em um único indivíduo, a mulher negra. Deixando-a sujeita a marginalização, a exclusão social, a sexualização dos seus corpos, a estereotipação e a discriminação, isto pois, foram aprisionadas na base da pirâmide social e ficaram sujeitas a espaços subalternizados de trabalho, em especial, o trabalho doméstico, este fruto da herança escravocrata. Dessa maneira, o racismo se fundamenta como determinante social nos índices de homicídio, genocídio, analfabetismo e na saúde entre as mulheres negras dentre outros.

Esse cenário permite compreender as condições históricas de desigualdades a que as mulheres negras são submetidas. Em vista disso, iniciaremos discorrendo sobre o conceito de patriarcado, isto pois, devido a estrutura de dominação econômica, política e cultural que se faz presente na história do Brasil, o patriarcado se formou como a base

da estrutura social, a partir da instituição familiar. Para Pateman (1993, p.167), "o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública".

Ainda, outra prerrogativa também incide de maneira dominante nessas relações, produzindo inferioridade para as mulheres. De modo geral, a estrutura patriarcal constrói um conjunto de atributos aos aspectos em torno dos gêneros atribuindo características específicas às funções que serão realizadas para homens e mulheres, assim os papéis sociais são medidos através de papéis sexuais.

Assim, a concepção da subordinação do gênero feminino ao gênero masculino nos permite analisar a elaboração sócio-histórica de desigualdades entre os sexos. Enquanto, aos homens estava reservado a esfera pública, vistos como provedores da família; a mulher nesse viés estava subordinada aos anseios do homem, sem direitos e detinham um papel inferior, sendo-lhes resguardar a esfera privada, isto é, a mulher era vista como cuidadora do lar e responsável pela criação dos filhos. Esse cenário nos permite compreender a inserção da mulher em empregos precários, onde a somatização das tarefas do ramo reprodutivo, fez com houvesse uma entrada tardia no âmbito profissional, sendo assim, temos um mercado de trabalho que não consegue ser inclusivo para elas. Estes, refletidos em empregos informais e autônomos, assim, com menor remuneração, muito deles voltado ao cuidado do outro.

Nesse âmbito, é de fato que a estrutura patriarcal é inerente às desigualdades entre os gêneros, seja ela da mulher branca ou da mulher negra. Esse fenômeno social é observado também a partir da desigualdade sexual, construída mediante a relação de inferioridade entre homens e mulheres. Essa discriminação se materializa em diversas barreiras no âmbito profissional, o machismo faz com que as mulheres tenham mais dificuldade de ocupar cargos de alto prestígio social e quando conseguem, encontram um cenário desfavorável com salários inferiores, mesmo exercendo a mesma função.

Outrossim, existe uma distinção entre a mulher branca e a mulher negra na sociedade. "A mulher negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra" (AGUIAR, 2007, p.87). Ao longo da história, a mulher negra tem assumido

uma posição de inferioridade dentro da sociedade brasileira, tornando o segmento mais violentado e oprimido da sociedade. De acordo com as autoras, (EDUARDA; ELIONÃ; VITORIA, 2019, p.3), desde o período colonial:

As mulheres brancas, casadas com coronéis, ou da alta sociedade, desempenhavam papéis domésticos: cuidar da casa, dos filhos, marido, sempre obedecendo a suas ordens. Neste mesmo cenário, existem as escravas, que sofriam duplamente essas mesmas condições, tanto pelos senhores de engenhos, quanto dos capatazes e outros escravos. Padeciam também duplamente, por ser mulher e negra. Se resistissem à qualquer imposição, eram castigadas.

Lélia Gonzalez em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1984, comenta sobre a situação da mulher negra, analisando a natureza das opressões das violências raciais e de gênero que tiveram sua gênese no período colonial e como ela se faz presente na contemporaneidade através da organização da estrutura social. Para isso, a autora discorre sobre dois estereótipos que recaem para a mulher negra e que são vigentes até os dias de hoje, o da mulata e da doméstica. Assim, ela apresenta como essa dualidade se materializa no conceito da mucama, e como essa dominação do período colonial é cristalizada na mulher negra da contemporaneidade, afirmando que as opressões sofridas no período vigente, são resultados das experiências das mulheres negras escravizadas.

A dualidade que opera sobre a mulher negra é a partir da sua particularidade de servidão, o servil (na casa grande) e o sexual (mediante a sua exploração sexual). Essas características podem ser entendidas a partir do conceito da mucama, Aurélio apud Gonzales (1984, p.229) define:

Mucama. (Do quimbundo mu’kama ‘amásia escrava’). A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes era ama-de-leite. (Os grifos são nossos).

Sobre essa narrativa, Gonzales (1984, p.228) define que “os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito”, a mucama, pois, a dominação da mulher negra caminha junto com a construção da nossa formação social, onde coloca a mulher negra ora em lugar de rejeição ora de desejo. Este fruto da discriminação construída no passado escravista, a partir de estereótipos negativos que legitimavam a desumanização do corpo negro e a exploração sexual da mulher negra através do



estupro. No cotidiano o estereótipo da mulata se configura no contexto do carnaval, a partir do mito da democracia racial vigente, onde a mulher negra é representada pela mídia como a “mulata de carnaval”, nesse corpo desejável, que impera a sexualização do corpo negro. De acordo com Gonzales (1984, p. 228),

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação.

Trata-se então da forma em que, a mídia e os veículos de comunicação, insistem em representar a mulher negra. Retratando-a como objetos sexuais e reproduzindo estereótipos racistas e sexistas que confirmam a visão hegemônica em torno do papel da mulher negra na sociedade. Assim como a figura da “Globeleza”, que reforça a hipersexualização e a erotização ao corpo das mulheres negras, insistindo na imagem da mulher negra sensual. Outrossim, esses veículos insistem em retratar as mulheres através de enredos negativos, onde reforçam a inferiorização de mulheres negras, narrativas que imperam um lugar de subalternidade, hipersexualização e objetificação dos corpos.

Entretanto, quando essa mesma mulher negra que tem sua imagem erotizada pelo carnaval se transfigura na empregada doméstica, o contexto muda. Essa dualidade entre desejo e ódio, vem sido construída ao longo da história e demonstra como as mulheres negras são vistas pela sociedade. Segundo Lélia, a “mucama permitida” é a representação das empregadas domésticas, que além de servir aos patrões ela exerce essa mesma função para a sua família, ela é o alicerce da casa. Em contrapartida, a figura da mulata não é valorizada. “Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano” (GONZALES, 1984, p.232)

Nesse contexto que podemos perceber que a beleza e o corpo da mulher negra não são socialmente aceitos, “[...] a acusação de sujeira física, moral e da “alma” tem sido historicamente imputada ao corpo do negro e da negra em nossa sociedade.” (GOMES, 2006, p. 140). Através do imperativo da boa aparência, onde as características fenotípicas atribuídas ao perfil eurocêntrico definem um o padrão de beleza a ser

seguido, isto é, mulheres brancas, magras, altas e de olhos claros. “E quem não se enquadra nesse perfil está automaticamente excluído desse processo. Esse sistema é tão perverso que milhares de adolescentes, jovens e adultos tentam se embranquecer para serem aceitos”. (SANTANA; MENDES, 2017, p.1).

É nesse imaginário social que se constroem a realidade das mulheres negras. “Ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.” (GONZALEZ, 1982, p.97). Ora pela representação do ódio, justamente por ser mulher e negra, ora pela sexualização impetrada pelo desejo, a partir da mulata do carnaval. Ainda Gonzales, (1984, p. 230-231) explica bem sobre isso,

Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí.

Esse ideário sócio-histórico sobre a mulher negra, emergiu um problema que surgiu na herança escravagista e que permanece nos dias atuais, onde esses estereótipos discriminatórios criados a partir de relações de poder, incidem diretamente em práticas somáticas de objetificação e subalternidade, que imperam sobretudo, no papel que a mulher negra na sociedade brasileira representa. Segundo Carneiro, (2002, p.181).

A condição de mulher e negra, o papel histórico que as mulheres desempenham nas suas comunidades, a comunidade de destino colocado para homens e mulheres negras pelo racismo e pela discriminação impedem que os esforços de organização das mulheres negras possam se realizar dissociados da luta geral de emancipação do povo negro. Portanto, o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe.

A agressividade do racismo e do sexismo são vistas principalmente a partir do lugar da mulher negra no mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa realizada pelo IPEA (2013),

A magnitude do emprego doméstico no universo feminino - Em 2003, do total da população feminina ocupada, 16,3% eram empregadas domésticas. Este número vem caindo significativamente desde 1996,

quando era de 19,4%. Se levarmos em conta a desagregação por raça dessas informações, temos que: das 5,7 milhões de mulheres empregadas no trabalho doméstico, em 2003, 3,2 milhões, ou 58%, eram mulheres negras. O emprego doméstico tem um peso relativo ainda maior para as negras do que para as brancas, pois das mulheres ocupadas, em 2003, 22,4% das negras e 13,3% das brancas eram empregadas domésticas. Note-se que o percentual de negras empregadas no trabalho doméstico é sempre superior à média nacional, enquanto o de brancas é sempre inferior.

As mulheres negras encontram desafios históricos no mercado de trabalho. A sua trajetória laboral se inicia no período escravista, e ainda podemos perceber seus impactos por conta da permanência da colonialidade como forma de organizar nossas estruturas. Enquanto o homem negro escravizado não exercia atividades consideradas do papel feminino, devido ao seu status adquirido em virtude do patriarcado, foi explorado somente enquanto trabalhador do campo. Em consequência, das opressões sexistas e racistas, as mulheres negras adquiriram um status inferior ao homem negro, sendo obrigadas a assumir um papel “masculino”, onde além de exercer atividades domésticas, também tinha que realizar as atividades do campo.

Essa divisão racial do trabalho, incide sobre as mulheres negras, uma massa marginal, onde as atividades exercidas geralmente não exigem qualificação de mão-de-obra e tem baixa remuneração. Nesse contexto, as mulheres negras apresentam uma entrada precoce no âmbito do trabalho, para o complemento da renda de sua família e em contrapartida tem sua saída tardia do mercado de trabalho; enfrentam as posições que garantem papéis subordinados no mercado de trabalho e assim remunerações inferiores. “A divisão racial do trabalho consiste em manter a exploração dessa força negra dentro do mecanismo de uma massa marginal, fazendo desse recurso um critério para uma seleção de padrão excludente sobre os negros que acabam por serem marginalizados em um sistema de estratificação social” (SANTOS; CANUTO 2017, s/p)

O retrato das desigualdades sociais e econômicas de gênero e raça evidencia que os impactos dos determinantes sociais são sobressalentes principalmente no que tange aos direitos humanos. A mulher negra no Brasil faz parte do grupo social que detêm os menores salários, pois uma vez que elas estão concentradas nos trabalhos de menor prestígio social a sua mão de obra tende a ser mais desvalorizada e por isso, elas são vistas como “supérfluas” para o mercado de trabalho. Isso acentua ainda mais o índice

de mulheres negras que buscam pelos programas de assistência social<sup>11</sup>, uma vez que pelo motivo de estarem presentes nos piores setores de trabalho, elas também estão mais sujeitas ao desemprego. Sobre isso (ALMEIDA,2019, p.186) comenta que,

A situação das mulheres negra exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais valia, mas são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. -, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e o abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo.

No caso brasileiro, o retrato das desigualdades incide diretamente nas mulheres negras a partir da permanência e da reprodução de pobreza e exclusão social criando grandes desvantagens em vários âmbitos da vida social, enquanto fenômeno que ilustra os impactos da crise capitalista na vida de mulheres das camadas empobrecidas. Verifica-se que a realidade das mulheres negras que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria, são as chefes da família e estão abaixo da linha da pobreza. De acordo com a pesquisa realizada pelo IPEA (2011), em 2009, declarou que 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres; “ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens”.

Desta forma, podemos observar que o crescimento da chefia feminina nas famílias negras é acompanhado pelo aprofundamento da pobreza e da exclusão social que implicam em um fator de maior vulnerabilidade. A invisibilidade dessa temática, somada à perspectiva de renda permite compreender como as desigualdades impactam a realidade dessa mulher, onde por sua vez, são as que menos possuem acesso a proteção social e são as mais suscetíveis ao desemprego.

---

<sup>11</sup> Os dados mostram que as mulheres negras são as mais vulneráveis, elas ocupam boa parte das famílias pobres e dada a tal realidade constituem o público-alvo da política de assistência social, tal como o: Bolsa Família (transferência de renda). Segundo dados do IPEA (2011, p.25): “Em 2006, 70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as. “

Portanto, acerca disso foi submetido por meio dessa pesquisa a questão da mulher negra enquanto grupo social submetido a um sistema estrutural de opressões de raça, gênero e classe, que perpassa todas as esferas da vida social. Como já explicitado no texto, são atribuídos para as mulheres negras uma somatização das desigualdades que implicam em status de maior vulnerabilidade em suas trajetórias sociais, que corroboram na desvalorização da mulheridade negra, em condições de trabalho precário, dupla função, piores salários dentre outros fatores. Essas prerrogativas mostram que as mulheres negras são as que mais se encontram vulneráveis, ocupando boa parte das famílias pobres e dada a tal realidade constituem o público-alvo da Política de Assistência Social.

### **3. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS<sup>12</sup>**

A princípio é necessário ressaltar que, o sistema de proteção social brasileiro se diferencia de outros países capitalistas em função da sua particularidade do capitalismo tardio, em especial pela dependência de mercados internacionais e pela herança do passado escravista, onde a situação de pobreza e injustiças sociais foram atribuídas pela concentração de renda e pela inexistência de compromissos democráticos e sociais. Assim, relegando a grande massa da população a situações de vida muito precária.

Dessa forma, podemos dizer que para obtermos uma concretização dos direitos sociais no país, uma série de fatores tiveram de ser derrubados e considerados, uma vez que desde sempre uma elite burguesa conservadora e cordial, expressou lentidão e introduziu os direitos a medida em que eles convergiam aos seus interesses.

Ao longo da história da humanidade, as práticas de assistência social aos necessitados foi um mecanismo de ajuda comum em diversos tipos de sociedade

---

<sup>12</sup> A título de esclarecimento, buscando uma forma mais dinâmica de apresentar os argumentos que entendo como essenciais para compreensão do tema, foi decido apresentar primeiro ao leitor os principais apontamentos históricos da trajetória da política de assistência social sem me estender na dinâmica da política com relação ao público majoritário dos usuários que recorrem a assistência social. No próximo capítulo teremos uma análise mais aprofundada sobre a como a Política de Assistência Social se relaciona com os aspectos de Gênero e Raça.

baseada na caridade e na missão religiosa, foram pertinentes desde as primeiras organizações de populações, como forma de combate ao pauperismo. Segundo Carvalho (2008, p.10),

Sob a ótica da solidariedade social, pobres, viajantes, incapazes e doentes eram alvos de ações que assumiram formas variadas nas diferentes sociedades, sempre motivadas pela compreensão de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia.

Nas sociedades ocidentais, a influência religiosa foi um fator determinante em meio a todo cenário de privilégios de classes que existia, uma vez que historicamente o direito a assistência tendo sido atrelado à prática do dever moral, por intermédio de ajuda e/ou proteção de “almas caridosas”, designadas por princípios cristãos. Durante um longo período da história, o papel religioso tinha grande influência no campo da assistência, conformando na criação de inúmeras instituições de caridade. Segundo Sposati, Bonetti, Yazbek e Carvalho (2014, p.59),

Com a civilização judaico-cristã a ajuda toma uma expressão de caridade e benemerência ao próximo, como força moral de conduta. Muitos são os exemplos históricos de solidariedade e compromisso a partir desses valores.

Sendo assim, a origem da Assistência Social é historicamente atribuída por intermédio do assistencialismo e de práticas filantrópicas constituídas por entidades religiosas, bem como pelas relações de trabalho, com objetivo de prover ações voluntárias de cunho caritativo aos pobres e necessitados, determinado como o “oferecimento de um serviço não assegurado como um direito, geralmente um favor ou doação”. (CRESS, 2018, s/p). Sobre isso Couto, Yazbek e Raichelis, (2012, p. 55) nos orienta que,

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas.

Portanto, no passado, as necessidades sociais não foram desvendadas no campo da política pública. Dessa maneira, as ações da assistência visavam em sua concepção a ajuda com os pobres através da benemerência, em virtude da situação de miséria que

assolava parte significativa da sociedade brasileira. Conforme o pensamento de Silva (2012, p. 19-20),

Durante a República Velha que compreende o período de 1889 a 1930, o Estado desempenhou papel fundamental como agente de repressão àqueles que não se conformavam às regras vigentes. As respostas às lutas dos trabalhadores visando à conquista de direitos sociais, políticos e civis foram o exercício de uma violência sistemática contra as classes populares. Neste período o atendimento das necessidades dos trabalhadores se dava de maneira frágil, incipiente e insatisfatória, ficando sob responsabilidade dos religiosos a realização das ações assistenciais.

Nesse contexto, a questão social e suas expressões eram reconhecidas como disfunções sociais, assim, as ações da assistência pautadas na caridade e na benemerência não reconheciam a pobreza como consequência do desenvolvimento do capitalismo, e sim como carência ou disfunção individual<sup>13</sup>. Segundo Carvalho (2008, p. 12), até 1930 a pobreza era tida pelo Estado como “um atributo individual daqueles que não se esforçaram para superá-la e que, portanto, eram tidos como responsáveis pela situação de miséria em que se encontravam”. Assim quando esses problemas sociais surgiam era relacionados como “caso de polícia”. Para a autora Sposati (2007, p. 42).

(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades da saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada.

Ressalta-se que, a primeira veiculação do Estado na Previdência Social no Brasil, teve seu tímido surgimento em 1923, com a aprovação da Lei Eloy Chaves, “que institui a obrigatoriedade da criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPS) para as categorias de trabalhadores estratégicas, como exemplo, os ferroviários e

---

<sup>13</sup> Nesse contexto, “os modelos de atendimento assistencial decorrentes da percepção de pobreza como disfunção pessoal encaminhava-se, em geral, para o asilamento ou internação dos indivíduos portadores dessa condição” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK; CARVALHO (2018, p.61). A exemplo, estão os hospitais da Santa Casa de Misericórdia, onde através da doutrina cristã, ofereciam atendimento assistencial aos pobres. Conforme explicam as autoras, (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK; CARVALHO (2018, p.61),

marítimos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.80). As CAPS consistem no fornecimento da assistência médica curativa, medicamentos, aposentadorias por tempo de velhice ou invalidez, além do auxílio funeral. Elas representaram uma conquista dos trabalhadores que auxiliaram no desenvolvimento da economia brasileira, tinham seu mecanismo o recolhimento da contribuição do patrão e dos empregados a fim de chegar ao destinatário final, os aposentados e pensionistas, representando assim a pressão da classe trabalhadora pela obtenção da seguridade social.

Assim, com o desenvolvimento e crescimento do capitalismo<sup>14</sup>, isto é, da transição de uma sociedade feudal e agrária para uma sociedade capitalista, urbana e industrial, se tem a intensificação da exploração do trabalho humano. Com a precarização do trabalho e a acumulação desigual de riquezas, a partir da crise de 1929<sup>15</sup>, o Estado no seu caráter regulador passa a compreender a questão social como oriunda da expansão do capitalismo, além de reconhecer a pobreza como consequência da desigualdade social.

Com intuito de manter a ordem capitalista, o Estado começa a intervir nos problemas sociais, através de “ações sociais” destinadas aos menos favorecidos, através do viés filantrópico. Ainda não se tinha nem vislumbre de uma política pública não contributiva de Seguridade Social.

Conforme sinalizado por Carvalho (2008, p.13), com a chegada de Getúlio Vargas<sup>16</sup> no comando da presidência “os anos de 1930 e 1943 podem ser caracterizados

---

<sup>14</sup> De maneira bem sucinta, temos a definição do capitalismo como um sistema permeado por contradições, sendo que uma delas se refere ao fato de que a base socioeconômica do capitalismo perpassa a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e exploração da mais valia gerador do conflito capital trabalho, com isso, quanto maior é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, maior é a pobreza da classe trabalhadora. Assim, o capitalismo contemporâneo vem assumindo uma lógica de acumulação e destruição, num cenário de desigualdade social e pauperismo extremo.

<sup>15</sup> Conforme Carvalho (2008 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 105): “a crise de 1929/1932 marcou uma mudança substantiva no desenvolvimento das políticas sociais, uma vez que consolidou a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento”

<sup>16</sup> A Era Vargas teve início devido a revolução de 1930 e foi finalizado 1945, foi um mandato extenso e teve rebatimentos importantes e complexos para a história do Brasil. A política de Vargas foi marcada por promover a centralização do poder, o que também pode ser definida como um período da ditadura varguista, em que procedeu um período de forte valorização nacional, pelo anticomunismo e por fim,



como os anos de introdução da política social no Brasil”, o período pós revolucionário baseava-se no Estado de compromisso. O Estado passa a atuar como conciliador na relação entre capital-trabalho, garantindo meios que beneficiem a acumulação. Além de reconhecer a “questão social como uma questão política”. (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK; CARVALHO (2014, p.62)

É nesta perspectiva que o governo de Vargas inicia a sua gestão, através de características autoritárias, o Estado passa a atuar na questão social a partir da mediação nas relações trabalhistas, afim de conter o conflito entre classes. Tendo como principal objetivo controlar o crescimento do movimento operário e da influência das ideias comunistas no Brasil. Segundo Yazbek (2008, p.10)

Neste período, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na lógica do seguro social e nesta década situamos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista. Progressivamente, o Estado amplia sua abordagem pública da questão, criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como atividades educacionais e serviços sanitários, entre outros.

A ação pública no campo social aumentou, a política Varguista atribui benefícios sociais aos trabalhadores a partir de uma cidadania regulada, ou seja, o trabalho era condição para se ter acesso aos direitos sociais. Essa racionalidade de dependência era usada para incentivar os desempregados, os trabalhadores informais, e os trabalhadores rurais a buscarem por um trabalho formal e regulamentado por lei. Conforme salienta Sposati (2007, p.12), “no pensamento idealizado liberal permanecia a ideia moral pela qual atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar a trabalhar o trabalhador informal, tido por vadio”. Dessa forma, só era considerado

---

através de um caráter autoritário. Vargas também buscou aproximação com as massas e ficou reconhecido pelo seu caráter populista. Ademais, houve um avanço considerável na área dos direitos sociais como por exemplo a criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio e a consolidação de uma legislação trabalhista, que já era uma necessidade da classe trabalhadora. Dentro dessa relação entre capitalista e trabalhador é que cria antagonismo entre os dois, uma vez que a acumulação capitalista se dá pelo valor excedente proporcionado pela produção e exploração da força de trabalho do empregado. É neste momento que o antagonismo se torna emergente.

cidadão o indivíduo que comprovasse ter um vínculo empregatício registrado na carteira de trabalho.

Entretanto, a consolidação das Leis Trabalhistas, influenciadas pela política de Getúlio Vargas se restringiam aos trabalhos urbanos, assim, uma vez que grande parte da população brasileira ainda vivia no campo, ficavam desprotegidos e sem acesso aos direitos sociais. “As medidas regulatórias criaram um clima favorável ao deslocamento da base produtiva, incentivando a vinda dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida” (COUTO, 2006, p. 96). Assim, em consequência do êxodo rural, parte significativa da população teve que se deslocar do campo para a cidade, visto que o campo estava passando por um processo de substituição da mão de obra humana para as máquinas. A partir deste momento, o Estado inicia um processo de criação das instituições de assistência social no Brasil, com o intuito de apreender os problemas sociais enquanto expressão da questão social, dentre elas estão:

A primeira regulamentação do Estado nas ações no campo da assistência social foi intitulada como Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938, por Getúlio Vargas com apoio do Ministério da Educação e Saúde, e sendo subsidiada por pessoas ligadas à filantropia. Segundo Mestriner (2001, p.57-58):

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia

O CNSS tinha como objetivo de avaliar “a elaboração de inquéritos sociais, a análise das adequações de entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções, além de dizer das demandas dos mais desfavorecidos”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 16). No entanto, ao regulamentar o CNSS o Estado transfere através de verbas e subvenções para que as entidades privadas se responsabilizem pelo atendimento às populações vulneráveis da maneira que desejassem, através de relações clientelistas e baseada na caridade e na benemerência. O CNSS logo foi substituído pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), ainda sem a perspectiva do direito.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, foi a primeira instituição que demarca ações de Assistência Social no Brasil. Foi criada pela primeira dama, Darcy Vargas, visando oferecer o suporte aos pobres e às famílias dos soldados envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Essa instituição, “Representa a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x benefício/ pedinte, conformando a relação básica entre Estado e classes subalternizadas” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK; CARVALHO (2014, p.66). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as ações da LBA passaram a destinar atenção à assistência à maternidade e à infância.

Segundo Iamamoto & Carvalho, (2007, p. 250), seus objetivos são:

1. executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada; 2. congregando os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social; 3. prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo; 4. trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil.

No entanto, na área social pouca coisa mudou. A LBA se instituiu sob um viés político bem distinto, uma vez que foi a maior instituição do primeiro damismo<sup>17</sup> no Brasil, estimulando o voluntariado feminino das primeiras damas para se juntarem nas ações de caridade, associando a bondade à figura feminina, assim as ações de assistência eram uma espécie de favor e acabava por reproduzir relações de subalternidade. Essa barganha política foi usada como instrumento de apuração de votos e se conformando em uma estratégia do Estado de desresponsabilização com o social, por meio de estratégias de enfrentamento à pobreza.

Conforme Silva (2012, p.23) descreve,

---

<sup>17</sup> O primeiro damismo no Brasil, é um fenômeno que surge no governo de Vargas, em 1930, onde coube sua esposa Darcy Vargas, a veiculação com obras sociais em favor da “caridade” e da “benesse”, tinham como intuito associar essas ações a figura da mulher. No entanto, (...) “a cultura do primeiro-damismo tem permanecido nos dias atuais, sendo um dos desafios enfrentado para a efetivação da assistência social enquanto política pública, direito do cidadão e dever do Estado, já que existe uma conservação das práticas tradicionalistas, atreladas ao trabalho desenvolvido pelas primeiras-damas, que reforça a cultura do favor e do voluntariado”. (OLIVEIRA, 2021, p.1)

LBA era uma instituição articuladora da Assistência Social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder a marca assistencialista e fortemente seletiva.

De acordo com Sposati (2004, p.20), essa ação da LBA traz para a assistência social, com o aparato da filantropia e da benesse, o vínculo com ações emergenciais, pontuais e fragmentadas, que percorrem o longo caminho da assistência social.

De maneira dicotômica, no período da Ditadura Militar, que compreende entre 1964 a 1985, também há uma ampliação das políticas sociais, porém há no Brasil uma contradição entre ampliação e restrição dos direitos civis. Assim como sinaliza Pereira, (1982, p.58).

[...] o Estado tecnoburocrático capitalista autoritário que se instala, além de ditatorial, estava profundamente empenhado em acelerar a acumulação capitalista e garantir a expansão das organizações burocráticas públicas e privadas.

A ditadura militar, é um momento do qual, é apresentado pelo poder político um caráter bastante distinto, controlador e paternalista, porém, sobretudo necessário para a manutenção do poder autoritário; repressiva e ao mesmo tempo popular no seu início, tivemos até o momento de ruína, muitas medidas que extinguíam os direitos civis. Esse contexto histórico é bastante conturbado na história do país, foi marcada por grande perseguição política, controle social exacerbado, torturas, prisões e casos de desaparecimentos que não foram solucionados até hoje. Por outro lado, como salienta Mioto e Nogueira (2003), a assistência será conhecida como,

(...) o governo militar utilizou os benefícios assistenciais e a implantação de programas nacionais de cunho social para aumentar sua base de apoio, como a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), dos Centros Sociais Urbanos e Rurais, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e do Ministério da Previdência Social e Assistência Social.

Ainda, em 1969, período de vigência da ditadura militar, a LBA se transforma em fundação, nomeada como Fundação Legião Brasileira de Assistência, mantendo a sigla anterior, a LBA passa a ser vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Segundo Sposati; Bonetti; Yasbek; Falcão, (1985, p. 82),

O elenco desses programas, que identificam a LBA em todo o país, constitui um diversificado leque social que cobre toda a existência humana, pois vai da proteção à criança ainda no ventre materno à

assistência ao idoso carente e marginalizado, passando pela implantação e manutenção de uma rede nacional de creches, pela execução de cuidados primários de saúde dirigidos à população materno-infantil, com ênfase em nutrição, educação para o trabalho, assistência judiciária, tratamento e reabilitação dos excepcionais.

Com a emergência do neoliberalismo<sup>18</sup>, o governo de caráter autoritário passou a ser visto como insustentável, tendo em vista que estávamos saindo de um cenário pós guerra fria e os ideais democráticos estavam em evidência no mundo. Logo, no Brasil, com a pressão dos movimentos sociais pela redemocratização, a década de 1980, representou não só o fim do regime autocrático, como também da grande intervenção na economia, com a abertura para um Estado democrático e liberal de direito, residindo os seguintes princípios: universalidade, seguridade e direitos sociais.

Somente a partir da Promulgação da Constituição Federal, de 1988, a Assistência Social conquistou o status de política pública, adquire um status de direito social e será concedida a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade. O Estado organiza as ações da assistência social através do Sistema de Seguridade Social<sup>19</sup>, previdência, assistência e saúde, rompendo com o viés caritativo, assistencialista e filantrópico.

Assim, como em nenhuma outra vez vista na história, a assistência social assumiria avanços significativos a partir da garantia dos direitos sociais, além de instituir um sistema de proteção social assegurada como direito do cidadão e dever do Estado, por meio da seguridade social.

---

<sup>18</sup> O neoliberalismo é o pensamento que surge em contraponto as mudanças sociais com expressões ideológicas de movimentos para a população. Acarretando na quebra de responsabilidades sociais, contra movimentos sindicais e o movimento operário fazendo o Estado não intervir na economia prezando desta forma a estabilização financeira, privatização das empresas estatais, flexibilização dos direitos trabalhistas e o livre fluxo de capitais no mundo globalizado. Esse sistema acaba fomentando um exército industrial de reserva e da acumulação de investimentos estatais, acarretando em formas de proteção nulas para o trabalhador (proteção e seguridade passam a ter o setor de previdência privatizado) afim de flexibilizar as relações trabalhistas.

<sup>19</sup> Conforme Sposati (2007, p. 39):” o conceito de seguridade social envolve a ideia de cobertura da população inteira em relação aos direitos sociais, considerados dever do Estado, independentemente da capacidade contributiva do indivíduo”

A Constituição da república federativa do (2003, p. 193) define que,

De acordo com a CF/88, aprovada em 5 de outubro, que surge uma nova concepção para a assistência social, incluindo-a na esfera da seguridade social. No texto constitucional podemos ler: Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Assim, os objetivos da Política de Assistência Social, previstos nos art. 203 e 204 da Constituição da República Federativa do Brasil (2003, p. 130), compreendem que: no “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. E no Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II- participação da população, por meio de organizações representativas, na Constituição da República Federativa do Brasil, formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 2001, p. 118-119).

De maneira inédita, o Estado determina que aqueles que não contribuem para a previdência também têm direito à proteção social.

Em síntese, o tripé da seguridade social na constituição tem por finalidade a garantia de “seguros” mínimos de vida da população em favor das contingências provadas pelos fatores econômicos e sociais, na qual a previdência social entra para suprir a perda ou a redução da renda. Dessa forma o Estado atua como provedor dessas necessidades, seja ela de forma coletiva, a partir de instrumentos com a comunidade ou

de caráter individual por meio de promoções sociais. A assistência social é atuante na prevenção e eliminação dos riscos e das vulnerabilidades sociais. Segundo, Poli (2018, p.25)

Os princípios e diretrizes eram para consagrar a Seguridade Social como um sistema homogêneo, amplo e consistente, e que predominasse a lógica social (proteção ao trabalhador e sua família) e não a lógica contratual do seguro, porém, isso não aconteceu devido a uma série de elementos conjunturais e estruturais

Todavia, com a influência do projeto neoliberal na década de 1990, o país passou por um processo de retração das políticas sociais, uma vez que o neoliberalismo trouxe a desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente, onde o Estado vai diminuir os gastos com a condução de políticas sociais ou ações de proteção social. Assim, as políticas sociais ao invés de se constituírem com uma política redistributiva, passam a assumir um caráter compensatório das desigualdades provenientes do modo de produção capitalista.

Nesse cenário, os autores Silva e José (2014, p.2511) abordam sobre as características do neoliberalismo frente às ações da assistência social,

Contudo, outros desafios surgiram com o neoliberalismo: de um lado, o de se materializar como política pública frente a todo processo de desmonte da seguridade social; do outro, e de superar algumas características históricas.

A adoção do neoliberalismo no Brasil, busca a retomada da rentabilidade proveniente da crise em prol do desenvolvimento econômico. Se refere como projeto controlador perante a inflação, a partir da radicalização dos princípios liberais. O projeto do neoliberalismo defende a não intervenção do Estado na economia, ou seja, defendem a privatização da esfera pública, a flexibilização das condições e dos direitos trabalhistas, o livre fluxo de capitais num mundo globalizado, a desregulamentação financeira, além da abertura externa, entre outros. Com isso, a partir da busca por lucros, impulsionam a exploração da força de trabalho, trazendo consigo informalidade e precarização para o trabalho. Dessa maneira as formas de proteção com o trabalhador são anuladas a fim de buscar facilitar a acumulação de capital.

Em suma, o neoliberalismo pode ser compreendido como sistema que prioriza a área econômica em detrimento do social, isto é, defende a não intervenção do Estado

na economia via políticas sociais para a garantia dos direitos sociais. Assim, a configuração das políticas sociais no contexto do neoliberalismo implica em ações emergenciais e focalizadas, em conformação à lógica das políticas econômicas desenvolvimentistas, a partir da redução da atuação do Estado no desenvolvimento das políticas sociais aos moldes capitalistas.

Dessa maneira, o impacto do projeto neoliberal nas políticas sociais a partir da lógica da “estabilização econômica”, tem propiciado a retomada do voluntarismo em um perfil assistencialista das políticas sociais. Na contemporaneidade, a fragmentação da proteção social e a precarização do trabalho, condicionadas pelo capitalismo de ideário neoliberal, vem subordinando a ampliação das desigualdades econômicas e sociais, deixando a classe trabalhadora desassistida pelas políticas sociais. Segundo Batista (2017, p.32) “Criou-se, assim, o contexto do cidadão consumidor, que acessa o mercado de serviços, e do cidadão pobre, que se restringe à política de Assistência Social”.

Assim, o sistema de proteção social dá respostas fragmentadas às necessidades de dependência atreladas à própria condição humana. Nesse contexto, o Estado compreende a assistência social como um gasto público, e vai atuar através na desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente, conformando na diminuição dos recursos destinados às políticas sociais e à assistência social. Nesse sentido, o Estado vai direcionar sua responsabilidade no enfrentamento da questão social para a família e para as organizações de terceiro setor.<sup>20</sup>

De tal modo, apesar da previsão constitucional, só tivemos uma ênfase significativa sobre a sua execução da política de assistência social, a partir da Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB), 1997, que concretizou o projeto de

---

<sup>20</sup> Terceiro Setor é o conjunto de atividades de cunho voluntário desenvolvidos por organizações não governamentais ou privadas que cooperam com o poder público tem o objetivo de promover ações voluntárias para a sociedade civil, sendo eles sem fins lucrativos. Neste contexto, o Estado desregulamenta os direitos previstos na Constituição de 1988 e despolitiza as relações sociais, ou seja, a questão social é desvinculada da esfera pública e se reatualiza na filantropia.



lei nº8.742/93, que instituiu a Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, buscando regulamentar os artigos os artigos pertinentes da Constituição Federal de 1988, que tratam da assistência social garantindo o modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa, assim, desassociando de relações clientelistas e paternalistas.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, LOAS, 1993).

Pela LOAS a Assistência Social, se intitula como política de seguridade social não contributiva, assegurando a população sobre a organização e a sistematização dos serviços socioassistenciais para indivíduos em situação de vulnerabilidade. Além de garantia dos mínimos sociais para todos os indivíduos, independentemente de sua renda, a fim de contribuir para o enfrentamento da pobreza. De acordo com Pereira (2007, p.66).

(...) política pública que, associada às demais políticas sociais e econômicas, deve concretizar direitos historicamente negados a uma ampla parcela da população. A como tal, ela passou a ter complexidade que requer conhecimento próprio, gestão qualificada e ação competente. Por isso, não deve ser encarada como mera distribuição de benefícios e serviços (...)

O ano 2003 é marcado pela IV Conferência Nacional de Assistência Social, a partir do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), buscavam sobre a consolidação das ações da assistência social, fazendo com que a letra da lei se convertesse em benefícios aos usuários. Assim, deliberou a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, ela tem como base os princípios e diretrizes congregados pelo Loas, que fundamentam a implementação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo considerada como uma política de Estado.

Aprovou uma nova agenda política para o reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil. Deliberou pela implantação do SUAS, modelo de gestão para todo o território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (NOB/SUAS, p. 8).

Ainda, o SUAS se define como um sistema público não contributivo que organiza e financia os serviços socioassistenciais no Brasil. Ele representa um avanço, inaugurando a possibilidade de ruptura da prática assistencialista a fim de assegurar a primazia de direitos e democratizar a participação da sociedade no exercício do controle social. Nesse contraponto, a construção do SUAS define a organização do sistema descentralizado e participativo destinado a gestão da assistência social, com o “objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos” (Gov./Suas s/p)<sup>21</sup>

São quatro seus princípios fundamentais: 1) matricialidade sociofamiliar, em que a família é o núcleo social básico de acolhida, o que contribui para a defesa do direito à convivência familiar, sendo entendida a partir da noção de núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas; 2) territorialização, que significa a compreensão da dinâmica presente nos espaços territoriais e seus determinantes para o entendimento das situações de vulnerabilidade, bem como as possibilidades para seu enfrentamento; 3) proteção pró-ativa, que se dá, principalmente, no campo da proteção social básica, na condição de conjunto de ações capazes de reduzir a ocorrência de riscos e de danos sociais; e, por fim, 4) integração à seguridade social, que reafirma a rede de proteção social brasileira, sendo composta pela previdência social, saúde e assistência social, sendo que estas devem manter entre si relações de completude e integração, com a análise da incidência de riscos sociais à população brasileira. (MDS, 2010).

Segundo o PNAS (2004, p. 41), o Sistema Único de Assistência Social,

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, Co-financiamento da política pelas três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação

---

<sup>21</sup> Encontrado no site do governo federal: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>

A autora Yazbek (2008, p.17) complementa dizendo que a PNAS apresenta,

o (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social que está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com a sociedade civil.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como foco prioritário a atenção às famílias de baixa renda, seus membros e o território, a fim de eliminar a extrema pobreza. Além de atuar na perspectiva dos princípios da matriacilialidade sociofamiliar e do território com base na organização dos serviços. Pelo SUAS, a família é compreendida como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade. As ações da assistência social assumem um caráter preventivo, e o território passou a ser fundamental como base de organização para o enfrentamento das dificuldades, assim, conseguem organizar suas ações e definir o seu grau de complexidade. Além disso, o SUAS, se organiza em dois eixos estruturantes: benefícios e serviços.

Com a instituição do SUAS, a Política de Assistência Social ganha novas orientações e se organiza no campo da proteção social em dois níveis de proteção social: básica e a especial.

I – Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2011).

Tais condicionalidades fizeram com que a seguridade social brasileira tenha se solidificado incorporando em sua estrutura dois modelos de assistência social: uma contributiva, é um tipo de proteção social limitada ao qual só beneficia o trabalhador que está inserido no mercado de trabalho, ou que contribui de forma autônoma à seguridade; e outra não contributiva, ao dar a assistência a quem dela necessitar.

Ainda, Berenice Couto em seu artigo intitulado de “Assistência social: direito social ou benesse?”, (2015), aborda os “pré-conceitos”, que historicamente atrelam a assistência social ao assistencialismo. Dentro dessa lógica, existe um pensamento conservador que vem se destacando sobre a política de assistência, que é a ideia de dependência de um benefício assistencial, este conceito instaurou na população a ideia de que o benefício substitui o trabalho, e associa o indivíduo que recorre ao benefício “a vagabundagem, displicência e falta de empenho” (COUTO, 2015, p.669). Não é querer que as pessoas sejam assistidas pelo Estado, mas que o Estado se responsabilize e que o trabalho não exclua o acesso aos direitos sociais. Pois, segundo Couto (2015, p.668) essa característica da assistência,

Retoma-se a noção de política residual, compensatória, focalizada e, portanto, destituída de caráter transformador. Características que têm sido recorrentes no trato da política de assistência social e que têm exigido uma problematização das questões nodais que interferem na explicitação da política, pois podem constituir-se em campo fecundo do pensamento conservador, atrelando seus serviços à reafirmação da não política.

Neste ínterim, existe um tensionamento entre assistência e direito social (este que sempre esteve atrelado ao trabalho), em especial o direito à cidadania. Nesse debate, a defesa da assistência social é de extrema importância pois, “Não só temos um grande número de trabalhadores informais como também trabalhadores formais que, por contarem com salários muito baixos, necessitam ser protegidos também pela política de assistência social” (COUTO, 2015, p.668).

Com base nas afirmações de Boschetti, (2003, p.47).

Tensão porque aqueles que têm o dever de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência, mas não tem direito a ela. O trabalho, assim, obsta a assistência social. E atração porque a ausência de um deles impele o indivíduo para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito

Podemos identificar ainda, as consequências da Contrarreforma do Estado brasileiro nos anos 1990, a partir de diversos fatores, como por exemplo a não legitimação das necessidades das classes subalternas, marcada pela expropriação de direitos adquiridos ao longo da história pela classe trabalhadora. Além da influência no campo das políticas sociais e seus rebatimentos na contemporaneidade. Neste debate, Behring (2003, p.198), ressalta que o projeto de reforma do Estado brasileiro resultou

em uma dinâmica regressiva e conservadora, “[...] esta opção implicou uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil”.

Ainda, no Brasil, vem sendo implementadas medidas de extinção de secretarias e os desmontes das políticas sociais. Além de abrirem caminhos para as privatizações e para a expansão dos planos privados para fundos de pensões ampliando o tempo de trabalho e a contribuição, além das emendas que vem enfraquecer as políticas sociais.

A Emenda Constitucional nº95/2016, aprovada em 2016, no governo do presidente Michel Temer, comumente conhecida como “Pec do teto dos gastos”, foi uma proposta que definiu um novo regime fiscal onde as despesas passam a ser limitadas por 20 anos, limitando-a ao orçamento do ano anterior, somente com um reajuste da inflamação. A EC 95/2016 foi repercutida como uma solução para a controlar o déficit fiscal, um incentivo para uma gestão pública mais eficiente, porém, o limite de gastos se limitava às despesas primárias onde tem impacto através da diminuição de orçamento para o financiamento das políticas sociais, em contrapartida, deixando de fora as despesas financeiras.

Em suma, esse capítulo buscou retratar o desenho institucional da Política de Assistência Social, desde os seus traços com práticas assistencialistas até a sua efetivação enquanto política pública, onde teve seu recém desfecho a partir da implantação da Norma Operacional Básica/SUAS. No entanto, a Política de Assistência Social na contemporaneidade, mesmo com os recentes avanços, ainda encontra dificuldades de se materializar enquanto política pública e de direito social devido o seu enfrentamento com desafios históricos, como a herança de ações clientelistas e filantrópicas. Sobretudo, em detrimento da influência do neoliberal nas sociedades de periferia capitalista, em uma conjuntura de intensa desconfiguração no campo dos direitos sociais e de grande fragilidade no âmbito das políticas sociais, com precarizações por falta de recursos e serviços. Entretanto, a Política de Assistência Social vem conseguindo atingir o objetivo de reduzir, mesmo que de maneira fragilizada, os níveis de desigualdade social e promover a inclusão social na realidade brasileira.

Ainda, nesse contexto, faz-se necessário compreender como se sucedeu a realidade histórico social da população que é alvo dos serviços assistenciais, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YASBEK, 2004, p.22). Sobre a ótica de trazer notoriedade às condições objetivas em que vivenciam, como a pobreza, o desemprego, a exclusão e a subalternidade; e elucidar sua situação enquanto pessoas assistidas<sup>22</sup>.

Constata-se desse modo, a ausência de mecanismos de proteção social do Estado que dê conta de enfrentar as desigualdades de gênero nas normativas da assistência social agravada pela reprodução da divisão sexual do trabalho e também percebemos essa fragilidade em se discutir sobre problemática racial na Política de Assistência Social, a partir da dificuldade na identificação racial do público atendido na assistência social, em termos mais gerais, vem inviabilizando as mais diversas e complexas dimensões da desigualdade racial, isto pois, “trabalhar com a identidade negra se constituiu num grande desafio em virtude da constante busca da negação da negritude” (ROGER 2008, p.22).

### ***3.1 Uma análise sobre a Política de Assistência Social relacionando gênero e raça***

Esse capítulo é permeado por indagações, dentre os quais a principal está em analisar de que forma as perspectivas de gênero e raça compõem o desenvolvimento da Política de Assistência Social.

De antemão, sinalizar ao leitor que a inspiração para esse capítulo está no artigo da professora Gracyelle Costa, na qual contribui para o Serviço Social e para a política social com a pesquisa denominada “Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam”, (2017). Ademais, acrescentado também o trabalho desenvolvido para o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ,

---

<sup>22</sup> O termo “assistidos”, está atrelado a concepção descrita pela autora Maria Carmelita Yazbek, no livro *Classes Subalternas e Assistência Social* (2016).

intitulado como “Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros” (2020).

Primeiramente, iniciamos a discussão falando de Brasil. A nação brasileira nasce a partir de tensões, e nesses empasses podemos afirmar que as questões sociais no país são totalmente racializadas. Se considerarmos os índices de miséria e pobreza no qual a população negra é maioria em índice expressivo, percebemos que nenhuma mudança foi efetiva no âmbito das políticas públicas que constituíssem na garantia de direitos sociais, ao invés disso as políticas sociais têm atuado no combate a minimizar as expressões da pobreza, e com o advento do projeto neoliberal temos o movimento de retração das políticas sociais, aos quais podemos observar um Estado que procura atuar demasiadamente mínimo, a partir de características de focalização.

As autoras Maia; Luiz (2019, p.66 apud Censo 2010, apud Ipea 2016), no artigo “A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social”, trazem dados a respeito do panorama geral da população negra.

O Censo de 2010 aponta que a população brasileira é constituída por 51% de mulheres e 50,7% de negros. As mulheres negras somam 25,3% da população total. Cotejando esses dados com indicadores de pobreza, distribuição e desigualdade de renda, as pessoas negras encontram-se sobrerrepresentadas nos segmentos classificados como extremamente pobres e pobres, com 8,9%, e em situação de vulnerabilidade com 61,1%, enquanto a população branca apresenta 3,6% e 42,7%, respectivamente (IPEA, 2016). Ao desagregar os dados por sexo e cor, nota-se que as mulheres negras estão ainda mais sobrerrepresentadas nos estratos classificados como extremamente pobres e pobres (9,2%) e em vulnerabilidade (62%).

A negação do debate de racial é proveniente da ideia de que vivemos em uma democracia racial, constituímos um país miscigenado, e por não haver desigualdades não existe algo a ser combatido. É nesse imperativo que reconhecemos na sociedade a luta em legitimar a igualdade no cotidiano. Arelado a esses fatos, temos no Brasil a tentativa ferrenha em negar o racismo, e todas as formas que condicionam desigualdades díspares entre negros e brancos. Isto porque no Brasil, o racismo não se constitui de maneira velada. A perversidade do racismo é encontrada na sua versão mais naturalizada, e por isso quando noticiam casos de genocídios e/ou violência para

com corpos negros não há uma notória comoção popular, vindo a tona as lacunas estruturais da desigualdade racial neste país.

O intuito não é de trazer comparações, mais porque os casos de racismo/ e ou assassinato que acontecem fora do país apresentam mais indignação popular, chegam a atingir as redes sociais e são alvos de protestos? Em seguida questiono, “porque casos como o de Marielle Franco se estendem já em seus 4 anos sem solução e sem transparência de investigações?”. E ademais, por que a mídia se mantém tímida em noticiar sobre o prolongamento deste caso? Porque no Brasil, casos de assassinato com a população negra não atingem a magnitude de outros países, como os Estados Unidos, e a morte de homem negro George Floyd?

Assim concluímos que neste país, a sutileza do racismo é a sua característica mais cruel, o senso comum compreende o racismo como atos isolados de discriminação ou violência (que também é visível aqui), contudo o racismo que se apresenta é de um caráter institucionalizado e perpassa todas as relações, ele é oriundo da perpetuação da colonialidade e da forma como o qual o negro recém liberto “entrou no século XX gozando de uma liberdade cativa: aprisionada aos grilhões da pobreza, passando ao largo do acesso ao ensino básico, ou de outros mecanismos de mobilidade social, como o acesso ao crédito, à terra ou mesmo à proteção legal” (COSTA 2017, p.228 apud PAIXÃO, 2006). Segundo Costa (2017, p. 237),

A dificuldade de se reconhecer o(a) negro(a) no Brasil, estaria intimamente relacionada ao fato de que reconhecê-lo seria o mesmo que reconhecer as desigualdades que se plasnam assentadas na raça. Daí a negação desta categoria (raça) como elemento que compõe ativamente as identidades dos sujeitos. Ou seja, a valorização de toda uma cosmogonia, epistemologia, do trabalho, banhado em sangue da população negra para a construção do país etc., não emerge no momento em que os indivíduos se referem à raça, mas sim à negação ou justificação do racismo. Mais que uma ferida não cicatrizada, trata-se de uma realidade não aceita, mas não no sentido do combate à sua persistência, mas no sentido de sua rejeição como real

Desta forma, a partir dos índices de pobreza, escolaridade, mercado de trabalho entre outros, temos que a população negra é o grupo social que mais perpassa por desvantagens em várias áreas da vida social e por isto, são os que mais recorrem às políticas sociais, em especial, a Política de Assistência Social. Por intermédio das opressões que foram estruturantes para a consolidação da sociedade, o impacto do



racismo e do sexismo sobre as mulheres negras produzem desigualdades tão profundas que muitas das vezes, as mulheres negras não conseguem responder às suas necessidades e a da família, e por isso são as mais desassistidas pela proteção social, de forma que somente a transferência de renda não tem assegurado a melhora na renda dessas famílias. De acordo com Maia e Luiz (2019, p. 66)

Dada tal realidade, é inequívoco que o público da política de assistência social é constituído majoritariamente por mulheres negras, base da pirâmide social brasileira. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) confirmam: 73,88% dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) são negros. Deste total, 93% são mulheres, sendo 68% negras (DATA SOCIAL, 2015). Tais números ratificam o quanto as normativas dessa política se equivocam ao não discutir transversalmente a equidade de gênero e raça.

Segundo as perspectivas citadas até aqui, a indagação que comporta esse capítulo está atrelada à seguinte questão, “porque as políticas sociais têm negado a existência de um povo que mais demanda dos seus serviços?”. Sobretudo, tendo a Política de Assistência, a política aqui estudada, um vínculo histórico com a presença de mulheres e as usando como centralidade em seus programas, “porque a política não consegue reconhecer que seu público alvo tem se constituído por mulheres negras?”, por essas e outras questões, já antecipamos, assim parafraseando Costa (2017) a necessidade de afirmar que a política precisa reconhecer as normativas de gênero e raça a partir de caráter transversal, isto porque não existe uma política neutra, é necessário que a Política de Assistência Social afirme um compromisso com a população que são as que dela necessitam.

Por sua vez, apontamos que a perspectiva de gênero é bem mais notória na Política de Assistência Social, do que a perspectiva de raça, mesmo esse eixo sendo fator primordial das desigualdades sociais e raciais desenvolvidas na formação social do Brasil e no aprofundamento do capitalismo, no que se refere às desvantagens históricas da população negra, sobretudo, da mulher negra nos processos de exclusão social. Na sociedade contemporânea, a vulnerabilidade à pobreza tende a estimular que a posição da mulher negra na sociedade seja ainda mais subalternizada. No entanto, observa-se a invisibilidade da categoria raça nos eixos da política de assistência social, mesmo a mulher negra tendo se constituído o público-alvo das ações da assistência social. De acordo com Silva; José (2014, p.7)

Frente a tal informação verifica-se que é inevitável a conexão entre a miséria e a recorte racial e embora os programas de transferência de renda destinados a eliminar a extrema pobreza, não tivessem inicialmente a focalização na raça, não teria como alcançar o objetivo de superação da pobreza, sem rebater sobre a população negra, haja vista que são esses possuem os piores indicadores na saúde, educação, renda, ocupação, habitação, entre outros, posicionando-se nas escalas mais baixas da sociedade.

A desigualdade de gênero é um fenômeno atrelado a estrutura de sociedade baseada no patriarcado originário do modo de produção capitalista, que pratica a inferiorização da mulher na sociedade. Esse fenômeno está vinculado às desigualdades econômicas e sociais, e está associado a diversos fatores que colocam as mulheres em situação de submissão na pirâmide social. De modo geral, a estrutura patriarcal constrói um conjunto de atributos em torno dos gêneros atribuindo características específicas às funções que serão realizadas para homens e mulheres, assim os papéis sociais são medidos através de papéis sexuais. Assim, a concepção da subordinação do gênero feminino ao gênero masculino nos permite analisar a elaboração sócio-histórica de desigualdades entre os sexos. Conforme Novellino (2004 apud Menezes 2013, p.3-4),

As mulheres representam 70% dos pobres em todo o mundo, na proporção de 4,3 mulheres pobres para cada homem pobre. Realizam 70% das horas de trabalho e seus rendimentos chegam a apenas 10% dos rendimentos mundiais. Ressalta-se que 1% delas detém a propriedade dos meios de 4 Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X produção, mesmo a população feminina corresponder a 51% em âmbito mundial.

Sendo assim, buscaremos reconstruir o sobre o papel que a mulher desempenha na política de assistência social, já que ao preconizar a matricialidade familiar, as ações socioassistenciais tem sido centralizadas na família pondo responsabilidade à mulher, com enfoque na feminilização do cuidado e como mediadoras das expressões da questão social. Nesse âmbito, a dimensão de família na Política de Assistência Social ao centralizar a imagem na mulher-mãe acaba reforçando a desigualdade de gênero e contribuindo para a reprodução de funções patriarcais. E abordaremos sobre o fato de que a pobreza no Brasil está relacionada à raça e ao gênero, assim, tem a mulher negra como público-alvo da Política de Assistência Social.

Assim como abordado no capítulo anterior, o papel da mulher na assistência social está intimamente ligado ao fato de suas ações terem se constituído associada às organizações religiosas e serem desenvolvidas por intermédio das damas caridade, quando as mulheres são designadas a exercer as atividades de ordem filantrópica em função do social a partir de um viés conservador. Conforme Cisne (2007, p.03), “(...) vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, como ‘equilíbrio’ e ‘harmonia’ sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora.”

Já na Política de Assistência Social, traz a reatualização da centralidade na família prevista pela Constituição Federal de 1988, assim, ao preconizar a matricialidade familiar, a Política de Assistência Social tem responsabilizado a mulher, visto que a política não dispõe de uma perspectiva horizontalizada do papel da mulher e do homem no âmbito familiar, devido a estrutura de sociedade do sistema patriarcal. De acordo com Maria; Gomes; Kássia; Kaline; Elyênia, (2018, p.3)

Tais políticas sociais objetivar minimizar a pobreza e as desigualdades sociais desencadeadas pelo modo de produção capitalista seja referente a classes sociais, etnia, orientação sexual ou de gênero, como é o caso da elaboração das ações voltada para a dinâmica com a família, em que a mulher aparece como o sujeito representativo dessas famílias, pois se trata do público com o maior atendimento das políticas públicas.

A Política de Assistência Social assume uma nova roupagem ao garantir a centralidade na família para a implementação de benefícios e serviços socioassistenciais (BRASIL, 2004, p.33). Por intermédio das diretrizes estruturantes da PNAS, a matricialidade familiar se conforma como o eixo estruturante da política ao colocar a família como fornecedora de primeira instância da proteção social. E tem como objetivo, “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2004, p.33). Conforme aborda (Souza, 2010, p.2),

Ao eleger a matricialidade sócio familiar como pilar do SUAS, a Política Nacional de Assistência Social enfoca a família em seu contexto sociocultural e em sua integralidade. Neste sentido, para realizar o trabalho social com as famílias é necessário focar todos os seus membros e suas demandas, reconhecer suas próprias dinâmicas e as repercussões da realidade social, econômica, cultural vivenciadas por elas.

Assim, “a assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: às pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (BRASIL, 2004, p. 14). A partir da matricialidade familiar, o SUAS vai garantir que as ações e serviços da política sejam estendidos a todos os membros da família, rompendo a lógica anterior que consistia em uma visão fragmentada de atendimento.

Portanto, a PNAS ao instituir a família como centro da política de assistência social e provedora dos cuidados, também compreende que a família pode ser um espaço de violação de direitos e por conta disso a família também precisa de proteção e cuidados do Estado. Por esse motivo, a PNAS atua quando há o enfraquecimento ou a quebra do vínculo familiares, com o intuito de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, assim, garantindo à unidade familiar o acesso à proteção social.

Segundo, Brasil (2004) sobre o PNAS a família é definida como sendo o

conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica.

Cabe aqui trazer uma problematização a respeito da matricialidade familiar, pois “ao preconizar a família como núcleo central na operacionalização da Política de Assistência Social, atribui-se à mulher/mãe a responsabilidade tradicional do cuidado e do cumprimento dos critérios dos programas sociais” (DELFINO, 2013, p.5). Nesse processo de feminização dos processos da proteção social, a partir de um modelo de proteção familista<sup>23</sup>, tem se apresentado, muitas vezes, através da reprodução do modelo tradicional de família, por meio da notória divisão sexual do trabalho em que se tem a naturalização das desigualdades de ordem biológica nas relações entre mulheres e homens, provocando a reprodução dos papéis sociais femininos, através de “uma visão androcêntrica, destinando às mulheres somente a preocupação com a casa,

---

<sup>23</sup> Identificada com o projeto neoliberal que preconiza a centralidade da família, apostando na sua capacidade de cuidado e proteção, enquanto canal natural de proteção social, junto com o mercado e organizações da sociedade civil. A intervenção do Estado se daria somente quando falhassem esses canais naturais (TEIXEIRA, 2009, P.259)

os filhos e o marido, perpetuando à ideologia da submissão feminina, a qual vem sendo reproduzida ao longo dos tempos [...]” (DALLAGO, 2010, p. 26-27).

Assim como defende Freitas *et. al* (2010, p. 30-31), a figura feminina dentro da PNAS é representada,

em grande parte, por meio da figura materna. As políticas sociais dirigidas a esse público tomam como pressuposto a presença de alguém em casa para cuidar daqueles, e esse lugar é ‘naturalmente’ identificado com a mulher”, colocando-as como gestoras dos conflitos familiares, com cuidados com a família.

Neste ínterim, a família historicamente consiste em uma instituição social a partir do qual se desenvolve de acordo com o tempo histórico, mudando no decorrer do tempo, através das transformações sociais, culturais, econômicas e no espaço, em detrimento das condições econômicas, geográficas entre outras; podemos afirmar ainda que a família é considerada a matriz das relações interpessoais, sendo ela responsável pela transmissão de valores, costumes e saberes.

Ocorre que, através das transformações societárias, vem ganhando destaque os novos modelos de rearranjos familiares, que não se restringe apenas ao modelo nuclear, ligado ao um certo modelo ideal de família permissivo em tendências mais conservadoras, no entanto, vem se destacando uma enorme proporção de famílias monoparentais<sup>24</sup>, em especial as famílias monoparentais femininas, “devido às transformações que afetaram a condição da mulher e os padrões familiares, uma vez que, a chefia feminina deixou de ser algo restrito às camadas pobres, ganhando nova relevância no bojo da sociedade” (ANTÔNIO; GRAZIELE, 2017 p. 12).

Cabe também articular a discussão da monoparentalidade feminina com as questões de raça, através das condições subalternas das famílias das mulheres negras das camadas empobrecidas, visto que essa composição familiar está extremamente

---

<sup>24</sup> Ao destacar a família monoparental o autor Diniz (2002, p.11) cita que: “A família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente.”

vulnerável à situação de pobreza, devido aos mecanismos estruturais que são responsáveis para a reprodução de um sistema repressivo que aflige as mulheres negras, em opressões que são sofridas enquanto gênero e raça, impulsionando em condições de marginalidade e vulnerabilidade social.

Do ponto de vista econômico, as mulheres negras chefes de família, são as mais impactadas pelo desemprego, além da sobrecarga de trabalho doméstico e os que estão presentes na economia informal, com rendimento inferior em suas ocupações e sem direitos trabalhistas, e mesmo assim sua renda muitas vezes não é suficiente para suprir os recursos básicos do sustento da família, sendo necessário assim a utilização de recursos dos programas de transferências, como por exemplo o Programa Bolsa Família para sobreviver. A autora Alves (2015, p.5) complementam que,

Em famílias monoparentais, cuja provedora é mulher preta ou parda, mais subsumida pelo sistema econômico vigente e, levando em conta a discriminação e o preconceito racial, essas questões são agravadas. Obviamente as deixam em situação mais vulnerável quando se reflete que o sustento da família é advindo exclusivamente da sua renda.

Por sua vez, usando como justificativa para os argumentos narrados, o artigo, “Família, mulher e Política de Assistência Social: Reflexões necessárias” de Raulino; Menezes; Bandeira; Michelly; Santos; Barbosa (2020, p.91 apud Cisne 2014), nos complementa dizendo que mesmo a Política de Assistência Social reconhecendo outras reconfigurações familiares ainda persiste em seu interior a configuração centrada no patriarcado, a partir da dualidade presente entre a dominação masculina e a subjugação feminina como um dos principais pilares da ordem social expressos principalmente no âmbito familiar. Assim como vemos na citação abaixo,

A família, historicamente, tem funcionado como uma unidade econômica para o capital e também como um lugar de exploração e perpetuação da dominação do homem sobre a mulher. Essa instituição, conhecida como família patriarcal, realiza o papel ideológico de legitimar o sistema capitalista nas suas estruturas de dominação e cumpre, junto a outras instituições, como a igreja e Estado, a função de reprodução de valores conservadores como a normatização da sociedade de classes, a reprodução do sexismo, do racismo, da heteronormatividade e da monogamia compulsória. Perpetua dentro da sua estrutura violências e desigualdades diversas.

Todavia, reforçamos o questionamento de que tais efeitos nas políticas sociais, em especial na Política de Assistência Social, contribuíram para reforçar os papéis

familiares no modelo ideal de família burguesa<sup>25</sup>, presente na dicotomia entre o espaço público e privado através da divisão sexual do trabalho, cabendo a mulher a responsabilidade pelo cuidado a família e ao espaço doméstico, e como administradoras das expressões da questão social e ao homem, o papel de provedor do lar. As reflexões de Freitas (2012), et all ([200--] p.2) apontam que “o fato é que as mulheres, por conta de um cotidiano de gênero, terminam por serem responsabilizadas pelo sucesso ou não dessas políticas e sobre elas recaem um grande peso”.

Sob esta análise, as políticas neoliberais vieram para contribuir com o aumento da reprodução do capital, o Estado reduz os serviços na esfera protetiva e se eximir de sua responsabilidade pela garantia dos direitos sociais, ao transferir à família, logo à mulher o lugar pelo cuidado e garantia da sobrevivência de seus membros. Assim, ao focalizar as políticas sociais elas contribuem para trazer uma economia ao Estado.

Diante dessa perspectiva, as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, têm as ações centralizadas na mulher como gestora dos benefícios ofertados nos programas de transferência de renda de combate à pobreza e pelo cumprimento dos critérios de permanência nas ações. De acordo com Cavenachi; Alves (2018, p.73), esses programas necessitam ao,

[...] eleger essas mulheres como as principais beneficiárias dos recursos, pode ter efeitos contrários, pois o PBF, [...] ao invés de promover a autonomia, tende a fortalecer o papel tradicional da mulher como dona de casa e cuidadora do lar, jogando nas costas da família a principal responsabilidade pelo combate à pobreza. Além disto, o foco das políticas públicas nas mulheres contribui para deixar de lado a responsabilidade masculina na reprodução e nada faz para reverter o fato de que em muitas famílias os homens são ausentes, passivos ou simplesmente omissos.

---

<sup>25</sup> O conceito de família tradicional é introduzido por Azevedo (2015, p.2) como, “A função do pai era diretamente associada a uma hierarquia fundada na lógica do espírito religioso e dos antigos meios de produção. Nesse sentido, a mulher e os filhos serviam à legitimação do poder arbitrário do pai. Na família tradicional, essencialmente patriarcal, hierarquizada e com lugares claramente estabelecidos. O homem tinha o papel de provedor e mantenedor da estrutura familiar, enquanto a mulher era submetida ao marido. O trabalho feminino voltava-se para o perfeito funcionamento do lar e dos afazeres domésticos. A mulher estava fadada à maternidade e ao papel de reprodutora em função de sua constituição biológica.”

As ações focalizadas na Política de Assistência Social têm como critério a transferência de renda como enfrentamento à pobreza, “à medida que os programas de transferência de renda tiveram seu alcance ampliado, ocorreu sua definição como política compensatória, com o propósito de cumprir o papel econômico e político, visto que possibilita o acesso, mesmo que precário aos bens e serviços” (SILVA; JOSÉ, 2014 p.2513). Através da concepção familista, os programas de transferência de renda trazem a desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente ao transferir a responsabilidade do Estado para a família, responsabilizando a mulher pelo cuidado. Esses programas centralizados nas famílias produzem a naturalização do papel feminino, e reproduzem relações de desigualdade ao reforçar papéis tradicionais de gênero, além de não conseguir auxiliar na superação da vulnerabilidade social em que essas famílias vivenciam.

No artigo, “A feminização da Assistência Social: Discutindo gênero e sua interface com a proteção social”, de Juliana Pires Fritzen (2015); a autora analisa a fragilização das políticas sociais na contemporaneidade frente a sua subordinação ao capitalismo de ideário neoliberal o qual tem aprendido a não intervenção do Estado no campo social. Esse processo confere em uma estratégia da ideologia capitalista na administração das expressões da questão social certificando a concepção capitalista na produção e reprodução das classes, isto pois, em virtude materialização da estrutura de sociedade patriarcal nas políticas sociais, através do viés familista, tem-se reproduzido a perspectiva de centralidade que os papéis femininos assumem, por intermédio da divisão sexual do trabalho, o qual responsabilizam as mulheres enquanto protagonista da família, dada sua função histórica social de protetora. Usando-a como instrumento para a manutenção da ordem do capital e contribuindo para a ampliação das desigualdades sociais. Assim como Pires continua (2015, p.2)

Todavia, esta realidade ao mesmo tempo explicita o interesse e investimento cada vez maior na figura feminina, dada sua capacidade de atenuar conflitos, corroborando para transformar as demandas sociais em questões de âmbito privado e não coletivo, visando-se assim isentar o Estado para com suas obrigações sociais. Vale atentar que esse investimento e interesse na mulher se dão não pela via de efetivação dos seus direitos sociais, mas em sua maioria servindo de proveito a fim de legitimar os interesses dominantes.

Nesse sentido, o lugar da família nas políticas sociais, tem sua relação direta com a situação de pobreza que atingem a conduta de quem vive em sociedade, nesse caso



na questão da família, e como essa realidade penetra no mundo do trabalho. Uma vez que o capitalismo contemporâneo vem assumindo uma lógica de acumulação e destruição, num cenário de desigualdade social e pauperismo extremo. Com isso, a partir da busca por lucros, juntamente com o neoliberalismo, impulsionam a exploração da força de trabalho, trazendo consigo informalidade e precarização para o trabalho, assim “ficando as famílias em situação de vulnerabilidade, havendo a necessidade da inclusão social por meio das políticas sociais ofertadas pelo Estado”. (RODRIGUES, 2019, p.40).

Frente a esta realidade observa-se a tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Tal tendência vem sendo acompanhada pelos dados que apontam para contextos de precarização da vida e do trabalho feminino à medida que a mulher tem adquirido um lugar de inferioridade na sociedade, pois “além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família” (PINTO, et.al, 2011: 169).

Assim, embora a consolidação da Política de Assistência Social acompanhe fatores importantes para a garantia dos mínimos sociais, a aqueles que dela necessitam, ainda teriam muitos desafios a serem enfrentados. Sobretudo, a respeito da presença majoritária feminina no desenvolvimento da política social, conhecida como feminização da assistência social, esta é uma prática recorrente desde seu surgimento a partir de conjuntura de subordinação às mulheres dentro de uma perspectiva de classe, atrelado aos interesses capitalistas. Assim, parte-se do entendimento de que a Política de Assistência Social tende a responsabilizar a mulher a partir da reprodução da hegemonia tradicional do papel feminino. Dessa forma, a focalização das mulheres no âmbito da política é nítida, especialmente, no Programa Bolsa Família, devido a reprodução da feminização do cuidado e o confinamento da mulher no âmbito doméstico, e a precarização do trabalho.

Dentre essas afirmativas, questiono para o seguinte fato “e as mulheres negras?”, “Pesquisas atuais do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela organização desta política em âmbito nacional, informam que

73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros” (DATA SOCIAL, 2015 apud COSTA, 2017, p.2). As demandas da população negra sobretudo, das mulheres tem sido invisibilizadas pela Política de Assistência Social, isto pois, “quando nos referimos a população pobre, grande parte das famílias são chefiadas por mulheres, essa realidade é atribuída às situações de vulnerabilidade econômica e a mulher acaba sendo sua provedora”. (SILVA; JOSÉ, 2014 p.2515). Para Costa (2017, p. 239-240)

Assim, a (in)visibilidade emerge como uma realidade dual. No caso do segmento negro e das mulheres negras na assistência social e na sociedade em geral, são vistos(as), na maior parte das vezes, estereotipadas negativamente, mas, ao mesmo tempo, produz-se a negação de condições históricas que produzem este modo de enxergá-las, isso porque supostamente vive-se numa sociedade de iguais. E, no caso de uma realidade como a brasileira, que historicamente negou a raça, constituiu-se como sinônimo do atraso. É ela que mais se torna (in)visível, ou melhor, invisibilizada. Daí a produção de sua negação, a exemplo da produção do supracitado mito da democracia racial.

Há décadas a mulher negra é submetida a processos sociais de opressões fruto de um sistema de opressões fruto de uma herança escravista, que até hoje repercutem violentamente no racismo estrutural, e de gênero onde o machismo se reproduz de forma muito violenta. A influência do racismo na realidade da mulher negra faz com que ela faça parte do segmento mais explorado e mais oprimido da sociedade. Esse cenário permite compreender as condições de desigualdades que produzem características negativas em vários âmbitos da vida social. De acordo com (CRESS-PR, 2017, p.1)

Pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que 53% da população brasileira é negra e parda, mais de 50% são mulheres e 50% mulheres negras. Mesmo representando metade da população feminina, a mulher negra ocupa o último lugar da escala social, apresenta o menor nível de escolaridade, trabalha mais e ganha menos, tem pouco acesso a leis trabalhistas, maior dificuldade ao matrimônio, é a que mais sofre com a violência doméstica e obstétrica, tem maior índice de desemprego, menos chances de contratação, pouca oportunidade de crescimento no mercado de trabalho e morre mais cedo. Portanto, a mulher negra está mais exposta à miséria, à pobreza, à violência, ao analfabetismo, à precariedade de atendimento nos serviços assistenciais, previdenciários, educacionais e de saúde, pelo simples fato de ser mulher e negra.

Por sua vez, verifica-se também que a feminização da pobreza<sup>26</sup> está ligada significativamente na realidade das mulheres negras, visto que, elas ocupam os postos mais vulnerabilizados de trabalho, em sua maioria, desempenhando atividade remunerada quem não exigem qualificação de mão-de-obra e com baixa remuneração, ou seja, está adensada no aprofundamento da pobreza e no desemprego entre essas mulheres. Assim, “afirmando que pobreza tem sexo e raça, e que as mulheres são a maioria entre os pobres do mundo, sua renda não acompanha a dos homens e o desemprego e a precarização do trabalho entre elas aumentou” (MARIANO; CARLOTO 2009 apud MENEZES, 2013, p. 2).

Por fim, concluímos que a Política de Assistência Social acompanha avanços e limites na configuração da proteção social e nos programas destinam sua atenção junto com as famílias. Até aqui, a política tem sido um espaço destinado a minimizar a pobreza, e oriundas a isso, acabam inviabilizando as especificidades de seu público-alvo, que são as mulheres negras, sobretudo, as mulheres negras chefes de família que tem se colocado como provedora principal, ou por vezes unilateral de seus filhos e/ou dependentes. Por este motivo é indissociável o debate de gênero e raça no cerne da Política de Assistência Social, como forma de propor ações que consigam de fato superar a situação de pobreza de seus usuários que dela necessitam. Segundo Maia; Luiz (2019, p.65-66)

A análise dos eixos gênero e raça configura-se como uma necessidade, pois urge incorporar as demandas das mulheres e da população negra brasileira nas políticas públicas. É preciso mapear e discutir de que forma o Estado tem contemplado os eixos gênero e raça/etnia ao implementar os programas sociais, respondendo ao desafio de reconhecer as diferenças de acesso às políticas públicas por mulheres e pessoas negras, população historicamente discriminada que, muito

---

<sup>26</sup> A feminização da pobreza é um conceito que se faz necessário entrelaçar primeiramente o aspecto familiar, devido seu crescimento estar atrelado ao índice expressivo de pobreza entre famílias chefiadas por mulheres. Ademais, “Além de fatores de caráter econômico, contribuem também para a feminização da pobreza a rigidez das funções que a sociedade atribui por razões de gênero e o limitado acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, assim como novos fatores que ocasionam insegurança para as famílias. A falta de uma incorporação adequada da perspectiva de gênero a todas as análises econômicas e à planificação econômica, bem como de solução para as causas estruturais da pobreza, são dois fatores adicionais que contribuem para o empobrecimento das mulheres” (BEIJING apud BRASIL, 1995, p. 164)

frequentemente, é a que mais demanda os benefícios e serviços de assistência social.

### **3.2 A análise da expressão da invisibilidade nos dados apresentados**

Neste capítulo, utilizaremos os estudos realizados por Thais Caroline Branco Gentil, no TCC, sob o título, “Análise da dimensão racial nas ações da proteção social básica em Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)”, da Universidade de Brasília – UNB; e o TCC realizado por Nathália de Poli, intitulada como “Mulheres negras chefes de família beneficiárias da Política de Assistência Social”, da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, apresentados no período de 2016 e 2018.

A proposta teve como objetivo incluir pesquisas empíricas que abordassem acerca da temática, “A invisibilidade de gênero e raça na Política de Assistência Social” e evidenciar a importância do rompimento da discussão marginal sobre as questões étnico-racial e de gênero na formação em Serviço Social, uma vez que “(...) as mulheres e os homens negros são os mais solapados pelas expressões do objeto de intervenção do assistente social: a “questão social” (MORAES, 2018, p.4).

A questão social é apreendida como expressões das desigualdades sociais intrínsecas à sociedade capitalista. Logo, a questão social, como objeto de atuação do Serviço Social, deriva da relação entre capital/trabalho, uma vez que essa relação contraditória é própria do sistema capitalista, em que a procura da mais valia é seu foco principal, ligando-se diretamente a relações de exploração do trabalho pelo capital. Essas formas de precarização da vida, específicas do modo de produção capitalista, não oferecem subsídios para a garantia da reprodução social, de forma que o capital cresce em detrimento da pobreza, da exclusão e da desigualdade social.

Ainda, podemos relacionar que o surgimento da questão social está atrelado a ascensão do capitalismo industrial, e ao conflito de classes emergentes com interesses antagônicos. Se apresenta pelo valor excedente proporcionado pela produção e exploração da força de trabalho do empregado, uma vez que nessa fase do capitalismo as condições de trabalho eram bastante precarizadas, com altas jornadas de trabalho, baixa remuneração, aumento do desemprego e péssimas condições de vida. Conforme

Netto, (2001, p. 42), “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Nesse sentido, o Serviço Social, se insere como executor das políticas sociais, no enfrentamento da questão social. Surge, através do Estado, mediante aos processos de tomada de consciência e organização política da classe trabalhadora que começa a publicizar a sua condição de subalternização e exploração como proveniente do modo de produção capitalista. A concepção hegemônica no Serviço Social é a de Carvalho e Yamamoto, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Nesse sentido, as políticas sociais surgem para dar respostas às expressões da questão social proveniente da sociedade capitalista. Neste trabalho de conclusão de curso, buscamos dar ênfase à Política de Assistência Social enquanto enfrentamento às expressões da questão social na contemporaneidade em contexto de retração do Estado, desmonte de direitos sociais, fruto das políticas neoliberais implementadas desde a década de 1990, como já referido. Segundo os autores, Gonçalves; Almeida; Silva; Cravo (2018, p.7)

Como forma de enfrentamento as manifestações da questão social o Estado intervém, principalmente por meio das políticas públicas, onde se inserem os assistentes sociais. A Política Nacional de Assistência Social, é uma das mais conhecidas por abarcar uma gama grande e variada dessas expressões, lidando com a pobreza, o desemprego, questões de gênero e raça, crianças e adolescentes, idosos, etc; seja na proteção básica ou na alta complexidade, ela é a porta de entrada para a maioria desses desdobramentos

No entanto, segundo a compreensão de Moraes; Cristiana (2016), é necessário analisar as particularidades histórico-sociais das expressões da questão social, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Apesar da questão social ser considerada, de maneira geral, constitutiva do sistema de produção capitalista derivada da contradição na relação entre capital e trabalho, é necessário destacar os aspectos da formação social brasileira. “É uma das questões estruturais que sustentam o capitalismo

de países pós-coloniais como o Brasil é a questão étnico-racial.” (MORAES; CRISTINA 2016, p.2). Para Marta (2017, p. 388)

Entretanto, sem ter apreendido, problematizado e analisado como se deu a história, assim como o processo constitutivo de identidade e as lutas em torno da efetivação da cidadania da população negra, a prática dos profissionais das diversas áreas, sobretudo a dos profissionais do Serviço Social, dá sustentação para perpetuar as desigualdades sociais com base na raça.

Nesse contexto, o racismo estrutural mediou as relações sociais do Brasil mesmo após a abolição da escravatura, e forneceu as bases históricas da desigualdade no Brasil para o desenvolvimento do capitalismo. Na contemporaneidade os trabalhadores negros em grande parte, constituem a massa de desempregados e/ou suscetíveis a informalidade, ocupando posições de pobreza, de forma a manter a classe trabalhadora racialmente discriminada em nível inferior na estrutura social. De acordo com uma das análises de Poli (2018, p.46),

Mulher, 30 anos, considera-se negra e é natural de Ouro Branco/MG, mas já morou na roça de Ouro Preto, onde convivia com os três filhos/as e o ex-marido, do qual está separada faz 8 meses. cursou até o primeiro ano do ensino médio e trabalhou como babá durante cinco anos no período da manhã, porém, não tinha carteira assinada, nunca foi fixada. Neste momento, está desempregada, em busca de um emprego. Sua família a também é natural do município. Mora na casa do irmão com os seus filhos/as. Beneficiária do Programa Bolsa Família. Necessitou do CREAS em ações que atuassem sobre a violação de direito dos filhos/as.

Por essa razão, é imprescindível a compreensão da questão social na sociedade brasileira a partir das complexidades da questão racial e com ela as determinações do racismo estrutural, diante das consequências apresentadas na contemporaneidade, assim como a incidência de usuários negros nas multifacetadas expressões da questão social, objeto de intervenção do assistente social e suas refrações na Política de Assistência Social. Conforme os estudos de Poli, (2018, p. 48)

Podemos observar que são situações diferentes, pois a primeira beneficiária não possui emprego e nem amparo da família para cuidar dos seus filhos/as em sua ausência, sendo mais difícil para ela ir em busca de emprego e construir alternativas para mudar essa condição. Além do mais, com uma rede de apoio fragilizada, isso pode levar essa família a uma situação de vulnerabilidade, requerendo a intervenção da Política de Assistência Social, que fornece uma rede de serviços socioassistenciais, que vão de programas de transferência de renda a serviços que construam, com essa mulher, estratégias para superar sua situação de violação de direitos.

Não obstante, o cenário contemporâneo das representações sociais no Brasil, escancara as desigualdades<sup>27</sup> na sociedade brasileira. Por esta razão, a questão racial é elemento fundante que engendra a formação social brasileira. Assim, como corroborado no capítulo 2 deste trabalho, a gênese das questões raciais no Brasil é originária do escravismo como base estruturante das relações sociais no país, na qual realizava a prática desumana de subexploração inicialmente da mão de obra indígena, e posteriormente realizaram o tráfico de pessoas do continente africano, para garantir a execução da economia mercantilista do país.

Por sua vez, sob influência europeia, após a abolição da escravidão foram utilizadas a aplicação de teorias raciais<sup>28</sup> para justificar a dominação racial e a exploração entre grupos étnicos tidos como inferiores, de modo a evidenciar a superioridade racial dos brancos europeus, em detrimento aos outros grupos étnicos. Além disso, a apropriação de teorias raciais foi interpretada por cientistas brasileiros para a realidade do país, foi usada como mecanismo político e ideológico para justificar a miscigenação racial, a fim de constituí-lo como instrumento para o embranquecimento da população, de modo a tornar a população brasileira cada vez mais embranquecida. Segundo, Menezes; Raulino; Cavalcante (2019, p.3),

O/a negro/a habitante agora do território brasileiro integrava uma população que já foi introduzida no país como uma categoria subjugada, inferior, subalterna. A condição do negro/a introduzida tem forma racista e preconceituosa, o que nos leva a refletir sobre a condição de vinda e de vida à qual estes/as são submetidos/as e a revolta instalada na vida dos/as que vieram a ser os/as novos/as habitantes do Brasil.

Podemos compreender que a inserção do negro na sociedade brasileira perpassa raízes históricas e culturais, tem como base o racismo estrutural mediando condições de subalternidade e permitindo que a discriminação e a desigualdade racial no Brasil sejam uma realidade atual. Além disso, o apagamento do debate das questões étnico-

---

<sup>27</sup> Conforme o livro “Racismo estrutural, institucional e Serviço Social – ABEPSS (2020, p.116), “Essa determinação é evidenciada literalmente nos dias atuais quando a maior parte da população negra está compondo os principais indicadores de desigualdade social, tornando-se majoritariamente a população usuária dos programas da Política de Assistência Social e, portanto, maioria dos/as usuários/as do Serviço Social”

<sup>28</sup> A análise sobre as aplicações de teorias raciais no Brasil, foi realizada no capítulo 1 desse trabalho.

racial na sociedade através do mito da democracia racial, permitiu a naturalização das diferenças decorrentes das relações raciais na formação social brasileira.

Dessa maneira, a pesquisa busca trazer para formação profissional um panorama das desigualdades das questões étnico-raciais e de gênero, tendo o racismo como estruturante das desigualdades raciais na formação socioeconômica brasileira. “Buscando superar a lacuna em torno da discussão étnico-racial é que pautamos a necessidade do estudo dessa temática no processo de formação e suas implicações ao exercício profissional” (ROCHA, 2009 apud ABEPSS 2018, P.11)

É de suma importância a apreensão da questão-étnico racial e de gênero devido o contexto histórico racial do país, reconhecendo a desigualdade construída historicamente e reproduzida na vida social, afim de atuar em prol da luta antirracista. De acordo com o livro “Racismo estrutural, institucional e Serviço Social – ABEPSS (2020, p.116-117),

O chamamento à problematização da questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social brasileiro justifica-se pela confirmação das pesquisas que apontam a desigualdade social no Brasil e os/as negros/as imersos/as nas várias expressões da questão social brasileira. Ao iniciar a análise pelas altas taxas de desemprego e subempregos, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de 2012 a 2016 dão conta de que a taxa média de desemprego dos/as trabalhadores/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as chega a 28,9%, enquanto entre os/as trabalhadores/as brancos/as é de 9,5%. Assim, em 2016, as pessoas desempregadas representavam um total de 35,6% dos/as trabalhadores/as brancos/as e os/as negros/as e pardos/as somavam 63,7% (IBGE, 2017).

Assim, esta pesquisa aborda a forma como a Política de Assistência Social e o Serviço Social tem se mostrado omissos e muitas vezes impossibilitado em reconhecer as complexidades das relações étnico-raciais no Brasil, observado a partir do silêncio<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup>É necessário pontuar que, a questão étnico-racial é um compromisso historicamente demandado ao Serviço Social, assim como a sua inserção nos currículos do curso de Serviço Social e as campanhas de enfrentamento ao racismo/ e ou luta antirracista, dentre outras questões. Isto pois, a partir da análise estrutural das opressões da sociedade capitalista, é a população negra que experiencia as desigualdades de classe, gênero e étnico-racial. No livro Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social, de Tereza Cristina e Nelmiros Ferreira, de 2020, debruça sobre o silenciamento do debate étnico-racial no Serviço Social brasileiro, a coletânea conta com autores como, Maria Sueli Rodrigues de Sousa, Maria de Fátima Gomes de Lucena, Aline Nascimento Santos Correia dentre outras, abordando diversas questões estruturais que compõe a formação social brasileira. Ainda, “denunciam a marginalidade com que a questão étnico-racial ainda é tratada no Serviço Social, mesmo reconhecendo as conquistas e os avanços



da questão étnico-racial e de gênero no Serviço Social e na fragilidade em reconhecer “mulheres e homens negros na centralidade das expressões da questão social na contemporaneidade” (MORAES 2018, p.4). Ainda, conforme as análises de Branco (2016, p.57),

A reflexão sobre os determinantes das demandas do público da instituição tem se apresentado de forma oculta por parte dos profissionais, pois estes reconhecem as desigualdades de gênero e raça presentes na sociedade, mas não consideram isso como uma demanda a ser problematizada. Desse modo, entende-se que o racismo institucional novamente opera de modo tácito no discurso e nas ações dos profissionais ao não considerarem o racismo como determinantes das desigualdades.

No âmbito da Política de Assistência Social “[...] demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social” (CFESS, 2011, p. 10). Isso pode ser evidenciado por meio de dados e fatos que demonstram como negras e negros, nas estatísticas de usuários/as de políticas sociais, estão associados aos maiores índices de subemprego e desemprego, pobreza, violações e violências, dentre outras condições que se originam da condição racial. (CFESS, 2020 s/p)<sup>30</sup>.

Embora o debate sobre a questão étnico-racial e de gênero no Serviço Social tenha sido incorporado nas últimas décadas, evidenciado pelo amadurecimento de “(..)um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico metodológico direcionado pelo esforço de apreensão da realidade sob a orientação do marxismo e uma direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora.” (ABEPSS, 2018, p.10). Ainda, faz-se necessário romper com a marginalidade a qual as questões étnico-raciais têm sido tratadas pelo Serviço Social.

No entanto, a discussão étnico-racial não foi integrada no Serviço Social em uma perspectiva de totalidade, ainda se experiencia em uma perspectiva secundarizada, a

---

recentes após uma longa trajetória de luta no interior da profissão” (CRISTINA; FERREIRA, 2020, p. 7-8)

<sup>30</sup> Disponibilizado em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/17>

partir de um recorte específico e não de forma transversal, em uma perspectiva de totalidade. Para Marta (2017, p.386)

O Serviço Social sempre conceituou as tentativas, as estratégias, as ações e as experiências de implementação profissional acerca das questões étnico-raciais, como ações de militância político-ideológica, de uma parte da categoria profissional e não como perspectiva de exercício profissional em se debruçar a responder às demandas sociais dessa parcela populacional, sob um novo prisma das relações societárias.

Isto porque, o Serviço Social também é influenciado pelo silenciamento da questão étnico-racial na formação da sociedade brasileira, condicionado pelo mito da democracia racial como ideologia burguesa, demonstrado pela negação dos determinantes étnico-raciais no Brasil, onde, mesmo marcado pelo traço colonial nega-se todos elementos estruturais que foram fundamentais para a construção do racismo no país. Assim como observa Branco (2016, p.48), sobre a fragilidade da apropriação sobre a questão racial pelos profissionais entrevistados,

No entanto, dos 14 (quatorze) entrevistados, 8 (oito) afirmaram que as demandas trazidas ao CRAS não estão associadas a qualquer tipo de preconceito. Tal dado revela que é possível que os profissionais conheçam a realidade dos usuários, porém não problematizam questões de gênero e raça quando se trata de um fator determinante de inserção do usuário nas ações do CRAS. Tal postura contribui para a naturalização do racismo, pois ainda que este esteja presente na sociedade, os profissionais não associaram à questão racial a presença majoritária de mulheres negras na instituição

Nesse contexto, a invisibilidade das questões étnico-racial no Serviço Social é proveniente do racismo estrutural. Corroboramos com Branco (2016, p.49) que, “É possível afirmar que falta problematização por parte dos profissionais acerca da questão racial. Tal constatação tem sido um fator determinante na falta de centralidade do recorte racial nas ações ofertadas pela Proteção Social Básica na Política de Assistência Social.”

Diante disto, questionar a prática profissional do Assistente Social e a questão racial em um momento histórico de fortalecimento das expressões do conservadorismo em escala mundial e no Serviço Social brasileiro, e da ampliação por parte do Estado, via projeto neoliberal, do desmonte das políticas públicas, dando ênfase à assistência social. Reafirma-se então, o compromisso ético político dos/as assistentes sociais

dispostos no Código de Ética, comprometidos com o combate de todas as formas de discriminação e incentiva o enfrentamento do racismo no cotidiano profissional.

Desse modo, é necessário que o Assistente Social na Política de Assistência Social realize a sistematização acerca do perfil dos usuários da política, a fim de compreender a heterogeneidade das demandas e a complexidade de cada sujeito. Além disso, o desenvolvimento do trabalho articulado com a intersetorialidade propicie um diálogo com as demais políticas para promover o romper com o imediatismo do fazer profissional.

A partir da interpretação da questão racial, o assistente social adquire caráter ontológico- crítico e prático-interventivo acerca da totalidade social e passa a compreender o racismo como uma práxis orgânica do capitalismo, que implica na reprodução de desigualdade da população racialmente discriminada e explorada no âmbito estrutural da vida social. Assim, a dominação do modo de produção capitalista reitera o racismo no Brasil através de diversas formas de preconceito, discriminação e violência, estes reflexos dos acontecimentos históricos materializados na população negra/ classe trabalhadora.

Ainda, segundo a contribuição de Silva; Cássia (2015, p.9)

Assim, é possível pensarmos, ainda que de forma superficial, quais são os usuários das políticas públicas de assistência social e de saúde (principais espaços sócio ocupacionais do serviço social), a partir de um recorte de renda, gênero e raça. Diante de um Estado descompromissado com as políticas sociais, vários dilemas perpassam o cotidiano do assistente social, que sofre os impactos da precarização enquanto trabalhador assalariado, mas também enquanto profissional cujo público-alvo compõe o grupo que vive, cotidianamente, a intensificação das expressões da questão social.

Neste sentido, corroboramos com Branco (2016, p.50),

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) entende que vulnerabilidade e pobreza estão relacionadas não só a fatores econômicos, mas também aos diversos fatores externos que incidem na vida do indivíduo. Assim, é importante salientar que as condições do segmento negro devem ser consideradas não só em sua totalidade, mas também nas particularidades que os coloca nos diversos índices alarmantes de desigualdade racial, ou seja, tal discussão é imprescindível no cotidiano do CRAS, pois este tem como compromisso o combate a todas as formas de discriminação.

No que se refere às desigualdades em função de raça e gênero, eles fundamentam a estrutura da sociedade brasileira através da decorrência do escravismo e das implicações geradas pelo patriarcado, essas armadilhas servirão para a construção de estereótipos negativos para mulheres negras, o que fortalece a perpetuação de preconceitos e a exclusão social nas esferas pública e privada. Ainda, a desigualdade de gênero é um fenômeno social, histórico e ideológico, resulta na naturalização dos papéis femininos sob a esfera da perda de controle pelo seu próprio corpo, destinando a mulher ao campo da subjetividade e da reprodução social. Segundo dados do PNAD (2003) Apud Abramo (2006, s/p)<sup>31</sup>

No Brasil, as desigualdades de gênero e raça não são fenômenos que estão referidos a "minorias" ou a grupos específicos da sociedade. Pelo contrário, são problemas que dizem respeito às grandes maiorias da população: segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho.

No caso das mulheres negras, as desigualdades são evidenciadas devido à presença do racismo e do sexismo no campo social. Assim como podemos observar a presença histórica de mulheres negras desempenhando funções inferiores devido ao seu baixo índice de escolaridades e/ou desempenhando tarefas domésticas com ou sem remuneração. Como podemos observar na observação de Ferreira (2017, p. s/p), “taxa de desemprego das jovens negras chega a 25%. Uma entre quatro jovens está desempregada e estão em maior número nos empregos considerados mais precários e informais, cerca de 71% contra 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos”. Sobre as mulheres negras usuárias do CREAS, de acordo com Poli (2018, p. 52),

Sendo assim, elas não percebem quando as discriminações raciais e o preconceito ocorrem no seu dia a dia. A falta de informação e de

---

<sup>31</sup> O artigo é disponibilizado pela Scielo, porém se encontra sem página, disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400020#:~:text=As%20desigualdades%20de%20g%C3%AAnero%20e%20ra%C3%A7a%20s%C3%A3o%20eixos%20estruturantes%20da,de%20pobreza%20e%20exclus%C3%A3o%20social.](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020#:~:text=As%20desigualdades%20de%20g%C3%AAnero%20e%20ra%C3%A7a%20s%C3%A3o%20eixos%20estruturantes%20da,de%20pobreza%20e%20exclus%C3%A3o%20social.)

educação acerca do que é o racismo agrava ainda mais essa não percepção, pois a sociedade brasileira reforça em seu imaginário social a existência de uma harmonia racial, na qual todos desfrutam das mesmas oportunidades. Isso é perceptível na fala da Primeira entrevistada, quando questionada se existiam diferenças entre mulheres negras e brancas e ela afirma que não existe diferença, sendo que as distinções só aparecem quando se refere às vestes:

Ainda, como destacado no capítulo 3.1 deste trabalho, a Política Assistência Social reforça a desigualdade de gênero, a partir da naturalização que os papéis femininos assumem, a exemplo temos a matricialidade sociofamiliar. Ainda, de acordo mulheres negras usuárias do CREAS, Poli (2018, p.49),

Discutimos acerca do gênero feminino na Política de Assistência Social, que, inclusive, reforça a construção sócio-histórica da mulher relacionada à maternidade e aos trabalhos domésticos. Assim, perguntamos o que elas achavam que é o papel da mulher na família, ou qual é a função da mulher na família. A Primeira entrevistada disse que “o papel dela é fazer tudo, é você cuidar, é você o trabalho doméstico, você é a babá, é a dona de casa, você é a cozinheira, você é a lavadeira a passadeira, se é tudo!”.

Observa-se a naturalização da pobreza como único fator para a incidência de usuários negros nas unidades públicas que oferecem serviços e programas de assistência social, sem dimensionar que essa pobreza é um desdobramento do próprio racismo, ser estruturante da formação histórica, econômica e social brasileira e constitui sua relação com o processo de formação da classe trabalhadora. O racismo, é então proveniente de um movimento ideológico muito bem articulado no imaginário social, ele impõe a permanência dos negros nas camadas mais vulneráveis da sociedade e na representação dos estratos sociais de mais baixa renda, constatando assim a sua situação desigual no mercado de trabalho.

É imprescindível o enfrentamento do racismo institucional<sup>32</sup> no cotidiano das instituições, na busca pela democratização da gestão da Política de Assistência Social, pois “(...) toda vez que a instituição não oferece acesso qualificado às pessoas em

---

<sup>32</sup> “O Racismo Institucional coloca as pessoas ou grupos raciais e étnicos em situação de desvantagem no acesso aos benefícios e às políticas geradas pelo Estado e impede o pleno exercício da cidadania e da dignidade.” (MDS/SUAS 2017, p.2)

virtude de sua origem étnico-racial, da cor da sua pele ou cultura, o trabalho fica comprometido. Esse comportamento é resultante do racismo institucional (Lopes e Quintiliano, 2007 Apud Campos 2013). De acordo com as autoras, Eduarda; Elionã; Vitória (2019, p.5)

Diante disso, vale ressaltar que o racismo é compreendido como uma das particularidades da “questão social”, tendo em vista que afeta uma grande parcela da população brasileira ocasionando diversos tipos violências físicas, patrimoniais, psicológicas etc. Portanto, se faz necessário o enfrentamento desse preconceito para que se tenha uma sociedade verdadeiramente referência, equânime e justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para fundamentar a temática deste TCC, “A invisibilidade de gênero e raça na Política de Assistência Social”, foi necessário realizar uma árdua trajetória das questões étnico-raciais no cerne da formação social brasileira, primordialmente no período colonial, realizado no capítulo 1. Ainda, que, por muito tempo, as questões raciais foram tratadas em sua superficialidade, foi necessário retratar como o racismo se constitui como um aparato ideológico e político da sociedade burguesa, engendrada pelo uso da raça. Que, para além, de uma ferramenta biológica, usada no período pós abolição para justificar a existência de raças superiores e inferiores, o uso da raça, na contemporaneidade, determina as condições de inferioridade e desigualdades socioeconômicas entre a população negra.

Pelo fato de o racismo ser estrutural, ele se manifesta ao longo da história de diversas maneiras, e continua produzindo e reproduzindo relações de preconceito, discriminação, exclusão social etc. Dessa forma, a população negra tem sido o segmento mais pauperizado da sociedade brasileira. Assim, quando desvendada a pobreza, o perfil dos indicadores sociais mostra que esses determinantes se constituem substancialmente em detrimento de gênero e raça, assim como demonstrado no capítulo 1.1 desse trabalho.

Tais afirmações, já refutam a noção da existência de uma democracia racial construída no Brasil, como forma de justificar a perversidade gerada pela ideologia da miscigenação. Assim, como o estupro e de mulheres negras, na tentativa de apagar o pertencimento étnico da população negra, afim de gerar uma população cada vez mais embranquecida. Os dados estatísticos comprovam que a violência tem rebatimentos étnico-racial e de gênero bem evidentes, isto é, são vivenciados por mulheres e homens

negros. Comprovando que, não há evidências reais de igualdade racial no Brasil, em contraponto temos a manifestação de preconceitos e discriminação, atribuídas pela cor e por características fenotípicas

O racismo estrutural, constrói um imaginário de inferioridade da população negra. Trata-se da forma como foi manifestada a condição do negro socialmente, vistos como incapacitados, indefesos e necessitados, requisitando a ajuda das almas caridosas. É esse cenário que corroboramos no capítulo 2, o sentimento de caridade manifestado pelas práticas de assistência social com os pobres, doentes etc. Dessa forma, destacamos toda a trajetória da assistência social enquanto caridade religiosa, ação messiânica, filantropia e de relações clientelistas, seus marcos históricos, até a sua constituição enquanto política pública e de direitos.

Além disso, discutimos no capítulo 2.1, a respeito da centralidade que os papéis femininos assumem na Política de Assistência Social, sendo responsáveis pelo desenvolvimento e êxito das ações socioassistenciais, reforçando as desigualdades de gênero e a atribuição da mulher ao âmbito privado, vinculando a realizar um papel materno. Como também corroboramos, como as questões étnico-racial e de gênero tem se mostrado invisíveis, tendo a mulher negra como público alvo da Política de Assistência Social. Indagamos, como, o Serviço Social tem trabalhado com as questões socio raciais, mesmo atendendo em maioria a população que tem sido racialmente discriminada, sobretudo da mulher negra, objeto desta pesquisa, duplamente discriminada, pelo racismo e pelo sexismo.

Buscamos problematizar, no capítulo 2.2, de que forma as questões étnico-racial e de gênero foram introduzidas na Política de Assistência Social. Avaliamos, que há uma grande necessidade da apropriação do debate étnico-racial em sua totalidade, uma vez que seus usuários estão abaixo da linha de pobreza e tem sido em maioria, as mulheres negras, são as chefes de família. A questão econômica é o principal fator que tem colocado as mulheres negras em posição de subalternidade,

Dessa forma, este estudo busca contribuir para os debates de gênero, raça e assistência social dentro do Serviço Social. Relatamos sobre o silenciamento das questões étnico-racial no Serviço Social, uma vez estão implícitas na execução da política e nas relações de trabalho do Assistente Social. É necessário que a categoria desenvolva a luta antirracista, contra todas as formas de exploração e opressão das

sociedades de classes. Entretanto, “É dever dos Assistentes Sociais, buscar para além de ferramentas técnico-operativas, instrumentos que materializem nosso compromisso ético e político na busca por uma sociedade justa e igualitária que respeite as diferenças, sem colocá-las na condição de desiguais” (ROCHA, 2009. p. 557).

Somente romperemos com a perspectiva secundarizada da questão étnico-racial, com a integração nos currículos dos cursos de Serviço Social, que já foi referendada por lei, a partir da apropriação das particularidades da formação econômico-social brasileira, os desdobramentos da questão social no Brasil e o desenvolvimento das lutas de classes, de raça e de gênero em sua totalidade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ABRAMO, Laís. Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. 2006

ALMEIDA, Silvio. Marxismo e a questão racial. Boitempo. 2016

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Feminismos Plurais – Coordenação Djamilia Ribeiro. 2019.

AUGUSTA, Maria Bolsanello. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. Educar, Curitiba, nº12. P.153-165.1996. Editora da UFPR

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sócias: classe, raça. Gênero e etnicidade. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v. 1, n. 37, 2007

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda Negra Medo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

AZEVEDO, Luciana Jaramillo Caruso de Azevedo. As transformações da família. 2015

ANTÔNIO. Francisco Morilhe Leonardo; Grazielle, Ana Logo de Moraes. Família Monoparental Feminina: A mulher como chefe de família. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v.3, n.1, p. 11-22, Jan./Jun., 2017

ABEPSS, 2018. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social.



ALVES, Graciele Babiuk. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. Comunicação Oral no XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que foi realizado entre os dias 14 a 18 de outubro de 2013.

BRASIL. Declaração e Plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Disponível em: [http:// www.sepm.gov.br/ Articulacao/ articulacao-internacional/ relatorio-pequim](http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim).

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei n.8742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Programa Escola Aberta. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo. Resolução/CD/FNDE/Nº52, Brasília (DF), 25 de outubro de 2004a.

BEHRING, Elaine R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo 2002

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: 2003.

BRANCO, Thais Caroline Gentil. Análise da dimensão racial nas ações da proteção social básica em Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). 2016

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: NQF. Vol.24, nº2, 2002.

CARVALHO, M. do C. B. de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). A família brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVENACHI, Suzana; ALVES, Jose. Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios, Rio de Janeiro-RJ, 2018.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: direito ou bem-estar? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE AO DIREITO. 2008. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. 2017

CISNE, Mirla. A “feminização” da Assistência Social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2007.

CRESS-PR em movimento. 25 de julho, Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020.

CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social: Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2011.

CRISTINA, Tereza Santos Martins; FERREIRA, Nelmires da Silva. Racismo estrutural, institucional e Serviço Social. ABEPSS. editora UFS. 2020

CFESS. Racismo: um tema que não pode sair do nosso radar!2020 Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1762>

DELFINO, Kamila Santos Corgozinho. Gênero e a Política de Assistência Social – a mulher como mediadora. VI Jornada Internacional das Políticas Públicas. 2013

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. A relação de gênero como parte constitutiva de discussão do exercício profissional do Assistente Social. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, junho de 2010.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 5

EDUARDA, Maria Alexandre de Araujo; ELIONÃ, Crisleide Maria da Silva; VITORIA, Lydia Firmino Pereira Ramos. A trajetória da violência contra a mulher negra no Brasil: Expressões de uma questão social, um debate necessário para o Serviço Social. Brasília (DF, Brasil), novembro de 2019

ELITA, Valquiria Renk. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná Maringá, v. 36, n. 2, p. 223-231, July-Dec., 2014

FORMAN Shepard. Além da casa-grande e da senzala: um campesinato no Brasil. pp. 32-51. 2009.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978a.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FIGUEIREDO, Graziela de Carvalho. A assistência do social o Brasil: da caridade ao direito. Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Janeiro (PUC-Rio).2008

FREITAS, R. de C. S; BARROS. N.V; BRAGA, C.D; MESQUITA, A. de A; CANEJO, L. Política social, família e gênero – temas em discussão. In: XX Seminário Latinoamericano de escuela de trabajo social. 2012, Córdoba, Argentina.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívea Valença. “Famílias e Serviço Social – Algumas Reflexões para o debate”. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres (orgs.). Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Lumen Juris editora; 2010.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p. 223-244. 1984

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOV. Ministério da cidadania. A assistência social. Disponível em:<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>

GONÇALVES, Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos; ALMEIDA, Elaine de Jesus Barrosa; SILVA, Erica da Mendonça; CRAVO, Tatiane de Melo. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. texto para discussão n. 807. IPEA, 2001, Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td\\_0807.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0807.pdf)>

HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. 2019

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

KOWARICK, Lúcio; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortico na cidade de sao paulo. In: *Lutas Sociais e a Cidade: Sao Paulo, Passado e Presente*[S.l: s.n.], 1994.

MAIA, Priscila Andrade; LUIZ, Lucélia Pereira. A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. PUC. 2019

MARIA; Palloma Gomes Jácome; GOMES, Francisco da Silva; KÁSSIA, Rita de Ramanho; KALINE, Éllida Calixto; ELYÊNIA, Mayéwe Alves dos Santos. A focalização da Política de Assistência Social nas mulheres: reflexões críticas. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 557-577

MORAES, Giselle. A Formação em Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: Primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Congresso brasileiro de pesquisadores negros. 2018.

MDS/SUAS. Conselho discute racismo no Sistema Único de Assistência Social. Dados do Ministério da Cidadania apontam que mais de 75% dos usuários da rede são negros. 2019

MORAES, Giselle de Souza; CRISTINA, Isabel Lopes Barbosa. A questão étnico-racial e o Serviço Social: Por que pensar uma formação profissional antirracista?.2016

MOURA, Clóvis. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. Afro- Ásia,14 – 1983. SP

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. A questão social no Brasil. 3ªedição. 1988.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, Roberta Souza. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização em questão social. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X. 2013

MARTA, Juliana Oliveira. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul.-dez./2017

MENEZES, André Gonçalves; RAULINO, Tatiana de Souza; CAVALCANTE, Patrícia da Silva. Racismo: Estrutural ou expressão da questão social? Elementos para o debate. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – Brasília, junho. 2005.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Typographia de Abraham Kingdon E CA.,52 Moorfields, Moorg. A. TE, E.C.. 1883.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília: Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, n.3, 2001. p. 41-49.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. 2004.

OLIVEIRA, Patrocina Maria de Praça. A relação do primeiro-damismo e a Assistência Social: uma análise crítica dos primórdios até sua permanência na atualidade. 2021

Plano Brasil sem miséria. Cadernos de Resultados da População Negra. 2011- Abril/2015.

PATEMAN, C. *O contrato sexual* Rio: Paz e Terra. (1993).

PORTO, J. Invisibilidade Social e a Cultura do Consumo. Departamento de Artes e Design. PUC-RIO, n1900 p. 4, 2006.

PAIXÃO, Marcelo J. P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 145, de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

PEREIRA, O. O Que é Teoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. Ser social, Brasília, n 20, p. 63-83, jan/jun. 2007.

POLI, de Nathália. Mulheres Negras Chefes de Famílias Beneficiárias da política de assistência social no centro de referência especializado de assistência social. Minas Gerais, 2018.

PIRES, Juliana Fritzen. A feminização da assistência social: Discutindo gênero e sua interface com a proteção social

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevícius; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela Vasconcellos; SILVA, Magda Lucia Novaes. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Revista Serviço Social e Sociedade. n° 105. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A Questão Étnico-racial e sua relevância no processo de formação em Serviço Social. In: Congresso Luso Abro brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)igualdades, 11., 2011, ... Salvador: UFBA, 2011

RAEDERS, George. O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

ROGER, Angelo de França Costa. A problemática Racial na Política de Assistência Social no Brasil: O desafio da especificidade negra. Brasília, 2008

RAULINO, Tatiana de Souza; MENEZES, André de Gonçalves; BEATRIZ, Ana Bandeira dos Santos; MICHELLY, Barbara da Silva Vieira; SANTOS, Laísa dos Dantas; BARBOSA, Milene Alves. Família, mulher e Política de Assistência Social: Reflexões necessárias. Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 86-101, jan./jun. 2020.

RODRIGUES, Silvana da Silva. A centralidade na família e a feminilização do cuidado na Política de Assistência Social. 2019

ROCHA, R. da F. A Questão étnico-racial no processo de formação em serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 99, p.p. 54-56, jul./set. 2009.

RIBEIRO, M. Mulheres negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3), 987-1004. (2008).

SANTOS, G da S. CANUTO, E. C. A. S. A mulher Negra na Sociedade Brasileira. In: *IV Congresso Nacional De Educação*, 2017, João Pessoa. IV Conedu, 2017. v. 1. p. 1-11.

SANTANA, Franciele de Souza; APARECIDA, Maria Garcia Moura. Uma discussão acerca da questão de gênero e o Serviço Social. 2013

SILVA, Isis Roza; CÁSSIA, de Jussara Soares Lopes. Questão racial e a prática profissional do assistente social: Uma interlocução necessária. 2015

SILVA, Silvana do Nascimento; JOSÉ, Valdenice José Raimundo. Política de Assistência Social e combate à pobreza: Qual o lugar da mulher negra nessa história? 2014

SOUZA F. de O. A centralidade da família no Sistema Único de Assistência Social e questões de gênero. *Fazendo gênero*, Universidade Federal de Florianópolis, Brasil, 2010

SPOSATI, Aldaíza. *Assistência Social: de Ação Individual a Direito Social. Perspectivas na Constituição*, São Paulo, n. 10, p. 435-458, 2007.

SPOSATI, A. O. *A menina Loas: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. BONETTI, D. YASBEK, M. C. FALCÃO, M. C. *Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1985.

SPOSATI, Aldaíza. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 3º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A.; BONETTI, D. A.; YAZBEK, M. C.; CARVALHO, M. C. B. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 2014

SILVIO, Almeida. *Racismo Estrutural. feminismos plurais*. Copyright © 2019

SANTANA; MENDES. *Corpo em debate: A objetificação e sexualização da mulher negra*. Seminário internacional enlaçando sexualidade. 2017

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YASEBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Assistência na Trajetória Das Políticas Sociais Brasileiras - Uma Questão Em Análise - 12ª Ed.* Cortez. 2018

SILVA, Fernanda Cristina da. *Assistência Social e Cultura Política: o processo de uma política em construção.* 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan a jun 2013.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica* – Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fundação Ford.2003.

TEIXEIRA, S. M. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista Política Públicas*, pp. 255-264, n. 2, v. 13. São Luiz, Brasil. (2009).

YAZBEK, Maria Carmelita. *Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade.* In: IEE. *Curso de Capacitação de Gestores Sociais.* São Paulo: IEE, 2008.

YASBEK, M. C. *As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS* . *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.